



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

LUZIA DE OLIVEIRA BARROS

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN: UM ESTUDO
NA REDE REGULAR DE ENSINO DE IPATINGA – MG**

BRASÍLIA/2011

LUZIA DE OLIVEIRA BARROS

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN: UM ESTUDO
NA REDE REGULAR DE ENSINO DE IPATINGA – MG**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP - UAB/UnB, Pólo de Ipatinga (MG).
Orientadora: Professora Mestre Rosânia Aparecida Stoco de Oliveira.

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO**LUZIA DE OLIVEIRA BARROS****INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN: UM ESTUDO
NA REDE REGULAR DE ENSINO DE IPATINGA – MG**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA (Orientadora)

SUSANA SILVA CARVALHO (Examinadora)

LUZIA DE OLIVEIRA BARROS (Cursista)

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os professores da rede regular de ensino por terem a missão de aceitar a diversidade e fazer a diferença, na vida de cada aluno (a) que passar em suas vidas, através do ato de ensinar e aprender.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pois ser o autor da vida, razão única do meu existir e expressão maior do amor incondicional. Tu abriste a porta deste sonho e me conduziste até findar mais esta etapa. Fortaleceste-me ao despertar de cada manhã, dando-me a certeza de que as tribulações iriam passar. Enfim, seguirei com a importante missão de sempre buscar em minha vida conciliar a Fé e a Razão.

Aos mestres sábios, “aqueles que ensinaram muitas pessoas a fazerem certo, brilharão como as estrelas do céu, com um brilho que nunca se apagará” (Daniel, 12:3). Minha homenagem à Rosânia e Edlene que verdadeiramente se esforçaram e com sabedoria me transmitiram seus conhecimentos, orientando-me com paciência, educação e respeito. A vocês, portanto, o meu reconhecimento e gratidão pelo amor e responsabilidade no desempenho desta importante missão.

À todos os professores da escola pesquisada que gentilmente responderam os questionários da pesquisa.

Meus sinceros agradecimentos aos tutores do Pólo de Ipatinga, Vicente e Paulo, aos colegas do curso, enfim a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram na realização deste sonho.

Aos meus irmãos e minha filha Larissa pelo apoio e incentivo na realização de mais esse sonho.

RESUMO

Este trabalho abordou o tema inclusão de alunos com Síndrome de Down com o objetivo de estudar a inclusão de alunos com Síndrome de Down em uma escola da Rede Municipal de Ensino em Ipatinga – MG. Tendo em vista a importância do tema e a necessidade em saber lidar com a diversidade na escola é que se propôs uma pesquisa qualitativa descritiva e em segundo plano, quantitativa, para identificar o que pensam os professores que trabalham nesta escola sobre a inclusão de alunos com Síndrome de Down. Investigou-se as metodologias e estratégias de ensino, os aspectos facilitadores e dificultadores encontrados pelos professores e sobre a importância da parceria escola-família na inclusão de crianças com Síndrome de Down. Para embasamento teórico fez-se estudo de vários autores dentre eles Stray-Gundersen (2007), Coll, Marchesi e Palácios (2004), Silva e Dessen, (2002), Kelman (2010) e Maciel e Raposo (2010), entre outros. Utilizou-se um questionário, com perguntas objetivas e subjetivas, respondido por 10 (dez) professores. Os dados coletados foram consolidados e analisados a partir do diálogo com os autores. Após consolidar os dados foi possível conhecer o perfil dos professores que trabalham com alunos SD, que em sua maioria tem mais de 41 anos, atuam entre 6 a 20 anos na escola e na educação, trabalham 40 horas semanais, tem curso superior e especialização. Esses professores entendem que a inclusão só será possível quando a escola estiver adaptada e com profissionais capacitados, consideram-na muito importante porque contribui com a socialização que facilita a aprendizagem. A maioria dos pesquisados consideram ser possível alfabetizar a criança com Síndrome de Down desde que a escola tenha condições necessárias, dê suporte pedagógico e seja adaptada, respeite o tempo da criança e suas limitações. Utilizam a metodologia interacionista porque é a mais adequada para esse tipo de criança e várias estratégias como atividades concretas e lúdicas, atividades em grupo, acompanhamento de colegas, jogos e brincadeiras, softwares e apoio pedagógico de um professor. Percebeu-se também a necessidade de capacitação dos professores e o investimento na valorização dos profissionais da educação, bem como a adaptação da estrutura física da escola. Concluiu-se que a família deve participar de perto da vida escolar da criança, trocando informações e experiências ajudando no direcionamento dos trabalhos visto que o diálogo com a família trás grandes benefícios ao desenvolvimento da criança.

Palavras chaves: Síndrome de Down – inclusão – alfabetização – metodologia - estratégias de ensino.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
1.1 Histórico sobre a Síndrome de Down	13
1.2 Definições da Síndrome de Down	13
1.3 Síndrome de Down na Educação Inclusiva	16
1.4 Dilemas das Famílias e a Escola Inclusiva	20
1.5 Metodologias e Estratégias de Ensino	21
1.6 Os professores e a inclusão dos alunos com Síndrome de Down	26
II. OBJETIVOS	29
2.1. Objetivo Geral	29
2.2. Objetivos Específicos	29
III. METODOLOGIA	30
3.1 Fundamentação Teórica da Metodologia	30
3.2- Contexto da pesquisa	31
3.2.1- Local de coleta de dados	31
3.2.2 – Caracterização da Escola X	31
3.3- Participantes	32
3.4 - Materiais	38
3.5- Instrumentos de construção de dados	38
3.6- Procedimentos de construção de dados	38
3.7- Procedimentos de análise de dados	39
IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
4.1- Análise dos Questionários	40
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
VI. REFERÊNCIAS	63
APÊNDICES	67
A – Questionário para os Professores (Modelo)	67
ANEXOS	70
A - Carta de Apresentação – (Modelo)	70
B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Demonstrativo sobre a situação dos professores na Escola	34
Quadro 2 – Sexo	36
Quadro 3 – Idade	36
Quadro 4 – Estado Civil	36
Quadro 5 – Formação Acadêmica	36
Quadro 6 – Tempo de Atuação na Escola	37
Quadro 7 – Tempo de Atuação na Educação	37
Quadro 8 – Jornada de Trabalho	37
Quadro 10 – Aspectos positivos/negativos sobre a inclusão de alunos com SD	41
Quadro 11 - Possibilidades de alfabetizar crianças com SD em classe regular	44

APRESENTAÇÃO

Este trabalho aborda o tema inclusão de alunos com Síndrome de Down. Evidências históricas indicam que provavelmente sempre houve pessoas com Síndrome de Down na humanidade. Pode variar quanto à intensidade e manifestação dos fenótipos característicos à síndrome, podendo inclusive, não haver manifestação do mesmo, ou seja, o indivíduo pode ser portador de trissomia parcial e não manifestar suas principais características físicas. É um acidente genético que pode ser diagnosticado logo após o nascimento devido à manifestação de seus principais fenótipos como: hipotonia muscular generalizada, occipital achatado, pescoço curto e grosso, prega única na palma das mãos, comprometimento no comprimento, dentre outras

Conforme Stray-Gundersen (2007, p. 26) a causa exata da Síndrome de Down, o que faz os cromossomos 21 se manterem unidos, é desconhecida, apesar das décadas de estudos realizados. No entanto, a idade da mãe é um fator relacionado à probabilidade de ter um bebê com essa doença.

Geralmente crianças com Down apresentam as seguintes dificuldades: desenvolvimento tardio de habilidade motora, tanto fina quanto grossa, dificuldades de audição e visão, dificuldades no discurso e na linguagem, déficit de memória auditiva recente, capacidade de concentração mais curta, dificuldade com a consolidação e retenção de conteúdo, dificuldade com generalizações, pensamento abstrato e raciocínio, dificuldade em seguir sequências, dentre outras. Esses fatores interferem no processo de ensino-aprendizagem dessas crianças e muitas vezes não são do conhecimento dos professores. No entanto, é preciso garantir a essas crianças o mínimo de dignidade e respeito em suas necessidades e capacidades.

Desta forma, a escolha do tema estudado, está relacionada à minha prática pedagógica como professora na Escola X, na cidade de Ipatinga-MG, cuja presença de alunos com Síndrome de Down é uma realidade.

Um caso me levou a querer refletir sobre meu objeto de pesquisa. Uma criança com Down que chegou à escola no início do ano de 2009 para cursar o 1º ano do Ensino Fundamental, aos 06 anos de idade. Alguns aspectos da matrícula dessa aluna me inquietaram. Primeiramente o pai não informou a existência da Síndrome por medo da rejeição. A direção da escola só tomou conhecimento do aluno no dia que a criança foi para a escola, não havendo tempo para preparar os professores com antecedência. Fiquei interessada

em saber: como é o processo de ensino-aprendizagem dessas crianças. O que a escola pode fazer para contribuir com o desenvolvimento destas crianças? Quais são suas reais condições de aprender e que tipo de trabalho deve-se priorizar para elas? Todavia cabe salientar o papel da escola como promotora do sucesso e/ou na pior das hipóteses o fracasso da criança e refletir sobre qual é a visão dos professores na escola sobre a inclusão de alunos com Síndrome de Down. Qual é a proposta de intervenção da escola que trouxe benefícios e qual não funcionou com o aluno nesta escola?

A Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Ipatinga em suas Diretrizes Curriculares busca alternativas educacionais com vistas a viabilizar as condições físicas e materiais favoráveis à inclusão dos alunos com necessidades especiais, todavia observa-se que existem dificuldades na realização do trabalho com esses alunos na sala de aula. A Rede Municipal de Ensino da cidade de Ipatinga tem desenvolvido alguns projetos com o intuito de amenizar as dificuldades de aprendizagem dos alunos com NEE. Além da APAE desenvolver seu trabalho no atendimento das pessoas com necessidades especiais a prefeitura desta cidade tem um centro de atendimento “CENAM” que ajuda no atendimento de todas as crianças especiais das escolas municipais, além de manter atendimento especial aos alunos surdos e aos alunos cegos cada um em uma escola diferente.

Diante do exposto, pretendeu-se desenvolver a investigação temática desse estudo, a fim de buscar respostas para as questões:

- Como alfabetizar uma criança com Síndrome de Down numa sala de aula no ensino regular?
- Quais as metodologias utilizadas para alfabetizar crianças com Síndrome de Down?
- Quais são os aspectos facilitadores e dificultadores encontrados pelos professores para trabalhar com crianças com Síndrome de Down?
- Qual a importância da parceria escola-família na percepção do professor de crianças com Síndrome de Down?

Por essa razão, o objetivo desta pesquisa foi conhecer melhor a história da Síndrome de Down, suas definições, estratégias de ensino, metodologias, dilemas das famílias, relação família/escola bem como saber qual é o posicionamento dos professores em relação à inclusão dos alunos com Síndrome de Down, os aspectos facilitadores e dificultadores no processo ensino-aprendizagem.

Portanto, a proposta de estudar a inclusão de alunos com Síndrome de Down na rede regular de ensino tem em vista vários fatores e um deles é a importância do professor estar

apto para ajudar os alunos com Síndrome de Down desenvolver-se tanto quanto forem os seus limites.

A concepção teórica escolhida para embasar este estudo foi à perspectiva histórico-cultural de Vigotsky e a abordagem teórica da subjetividade na perspectiva histórico-cultural de Gonzalez Rey. Foram utilizados neste estudo vários autores dentre eles Stray-Gundersen (2007), Coll, Marchesi e Palácios (2004), Silva e Dessen, (2002), Kelman (2010) e Maciel e Raposo (2010) entre outros.

A metodologia aplicada nesta pesquisa tem como parâmetros as idéias básicas das autoras Maciel e Raposo (2010, p.74) sobre o enfoque sociocultural construtivista que defende o sujeito humano como um ser ativo, que dispõe de uma competência cognitiva que lhe permite ser construtor do seu próprio conhecimento e a noção da importância do contexto para aprendizagem.

De acordo com Maciel e Raposo (2010, p. 77) “o processo de construção do conhecimento científico tem sido motivo de muitas preocupações e um grande desafio para a educação e para a atividade do professor, principalmente porque muitas mudanças ocorreram na teoria e prática científicas nos últimos 20 anos”.

A escola escolhida para a realização da pesquisa faz parte da Rede Municipal de Ensino de Ipatinga-MG, aqui denominada de Escola X. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário para conhecer o perfil dos educadores, as estratégias e metodologias usadas pelos professores que lidam com as crianças com Síndrome de Down matriculadas na escola.

A partir da pesquisa realizou-se uma discussão entre os resultados e as idéias dos autores pesquisados. [...] “Porque para se fazer ciências em educação é preciso dialogar com o outro”, [...], (FREIRE, 1970; GONZÁLEZ-REY, 1997; 1999, citados por MACIEL e RAPOSO, 2010, p. 79).

Esse diálogo trouxe para os professores a possibilidade de construir uma educação cujo papel fundamental é o da mediação entre os conhecimentos historicamente organizados pela nossa cultura e o indivíduo em formação.

Desse modo, essa monografia está estruturada em seis partes. A primeira, apresentou a Fundamentação Teórica do trabalho, com destaque para o histórico da Síndrome de Down, suas definições; a Síndrome de Down na educação inclusiva, os dilemas das famílias, as metodologias e estratégias de ensino, o professor e a inclusão de alunos com Síndrome de Down. A segunda destacou os objetivos do trabalho proposto. A terceira abordou a Metodologia do trabalho destacando a fundamentação teórica da metodologia de pesquisa, o

contexto da pesquisa, seus participantes; destacou os instrumentos de construção e análise de dados. A quarta referiu-se aos resultados e discussões dos mesmos neste trabalho. A quinta fez as considerações finais e a sexta as referências dos autores utilizados.

Assim, através desta, tentou-se contribuir para a promoção das re-significações necessárias para a transformação das práticas de ensino-aprendizagem nas escolas no sentido da construção conjunta da inclusão de todos os alunos com Síndrome de Down bem como outros alunos com múltiplas deficiências que se encontram nas escolas sem ser devidamente assistidas.

I. - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Histórico sobre a Síndrome de Down

De acordo com Stray-Gundersen (2007, p. 36-37) “muito antes que a relação genética com a Síndrome de Down fosse descoberta, John Langdon Down, um médico inglês, descreveu essa condição como um conjunto distinto de características”. Em 1866, diferenciou a Síndrome de Down de outras condições, observando algumas características comuns a ela associadas como cabelos lisos e finos, nariz pequeno e face alargada. Down é também responsável pela sua denominação de “mongolóide”. Essas outras denominações depreciativas não são mais empregadas atualmente, embora as pessoas ainda precisem ser lembradas de que Síndrome de Down não se refere a alguém que é infeliz ou inferior.

A denominação de Síndrome de Down na opinião de (SILVA e DESSEN, 2002, p. 167-176) só foi proposta depois de várias denominações terem sido usadas de forma bem pejorativa e discriminadora como: imbecilidade mongolóide, idiotia mongolóide, cretinismo furfuráceo, acromicria congênita, criança mal acabada, dentre outras. A autora (STRAY-GUNDERSEN, 2002, p.37) esclarece que:

No século XX, os avanços nas pesquisas genéticas ajudaram os cientistas a começarem a compreender a causa da Síndrome de Down. No início da década de 1930 suspeitaram de que a Síndrome de Down podia ser causada por uma alteração cromossômica. Em 1959, Jérôme Lejeune, um dos geneticistas francês, descobriu que as células cultivadas de indivíduos com Síndrome de Down tinham um cromossomo extra. Mais tarde, descobriu-se que o cromossomo extra, era exatamente o cromossomo 21. Esses resultados levaram à descoberta das outras formas de Síndrome de Down, incluindo a translocação e o mosaïcismo. O tratamento de pessoas com Síndrome de Down também progrediu de maneira notável ao longo das décadas. Seu tempo de vida aumentou, melhorou a educação e os cuidados das pessoas foram marcantes. Durante muitos anos, considerava-se que as crianças com Síndrome de Down não tinham potencial para aprender. Negava-se a oportunidade para aprenderem, pareciam confirmar a errônea baixa estimativa da sociedade a respeito de suas capacidades. Felizmente, o mundo atual é muito diferente para as crianças com Síndrome de Down. Contemporaneamente os médicos, cientistas e pesquisadores continuam a explorar as causas, os efeitos e o tratamento da Síndrome de Down .

1.2 Definições da Síndrome de Down

As autoras Silva e Dessen (2002, p.167-176) definem que Síndrome de Down é uma cromossopatia, ou seja acidente genético cujo quadro clínico global é explicado por um

desequilíbrio na constituição cromossômica (no caso, a presença de um cromossomo 21 extra) caracterizando assim uma trissomia simples.

A Síndrome de Down (SILVA e DESSEN, 2002) é um acidente genético que pode ocorrer no óvulo, no espermatozóide ou após a união dos dois, provocando uma alteração cromossômica. Ocorre quando crianças nascem dotadas de três cromossomos 21, e não dois como são normais. Isso leva à produção exagerada de proteínas, o que acaba por desregular a química do organismo e provoca sérios problemas.

Conforme as autoras (SILVA e DESSEN, 2002) destacaram que a Síndrome de Down foi descrita em 1866 por John Langdon Down. Este médico inglês descreveu as características da Síndrome, que acabou sendo batizada com o seu nome, antes popularmente conhecida como mongolismo. Hoje, sabemos que esta denominação é inadequada, devido à conotação preconceituosa que a cerca. Campanhas têm sido realizadas para a divulgação do nome Síndrome de Down ou Trissomia do cromossomo 21. Em 1959, Jérôme Lejeune descobriu que a causa da Síndrome de Down era genética, pois até então a literatura relatava apenas as características que indicavam a Síndrome.

De acordo com a publicação da Fundação Síndrome de Down¹ a síndrome de Down é um acidente genético, que ocorre ao acaso durante a divisão celular do embrião. Na célula normal da espécie humana existem 46 cromossomos divididos em 23 pares. O indivíduo com Síndrome de Down possui 47 cromossomos, sendo o cromossomo extra ligado ao par 21. Esta alteração genética pode ser apresentada de três formas. A trissomia 21 padrão, cujo cariótipo é: 47XX ou 47XY (+21), o indivíduo apresenta 47 cromossomos em todas as duas células, tendo no par 21 três cromossomos. Isto ocorre em aproximadamente 95% dos casos de Síndrome de Down causando um desequilíbrio genético que altera o curso normal do crescimento e do desenvolvimento. Observa-se, no entanto, que nem todas as crianças apresentam as mesmas características, existem enormes variações que devem ser levadas em conta na educação familiar ou escolar. Na trissomia por translocação, cujo cariótipo 46XX (t 14; 21) ou 46XY (t 14; 21), o indivíduo apresenta 46 cromossomos e o cromossomo 21 extra está aderido a outro par, em geral o 14, isto acontece quando um segmento de um cromossomo ou um cromossomo inteiro se quebra durante a meiose e depois se conecta a outro cromossomo 21, neste caso, o zigoto tem Síndrome de Down ou trissomia do 21 por translocação.

¹ Texto publicado pela Fundação Síndrome de Down, sem identificação do autor disponível em http://www.fsdown.org.br/site/pasta_116_0_O-que-e-sindrome-de-down-.html, acessado em outubro de 2010.

Segundo (STRAY-GUNDERSEN, 2007, p.24) no Mosaicismo, a forma mais rara da Síndrome de Down, o zigoto começa a se dividir normalmente, ocorrendo não-disjunção em uma linhagem celular, resulta um indivíduo com linhagens celulares normais e trissômicas. Apenas 1% das pessoas apresenta esse tipo de trissomia. Consequentemente, nem todas as células apresentam esse cromossomo extra e a criança pode ter menos características físicas usuais da Síndrome de Down, bem como maior capacidade intelectual, o modo como a criança é afetada depende não do número de células normais, mas da região do corpo em que essas células se localizam.

Em geral segundo afirmam as autoras (SILVA e DESSEN, 2002) o diagnóstico, é feito pelo pediatra ou médico que recebe a criança logo após o parto, considerando as características fenotípicas peculiares à Síndrome. A confirmação é dada pelo exame do cariótipo (análise citogenética).

Conforme o parecer de Silva e Dessen (2002), as características fenotípicas mais comuns são: hipotonia muscular generalizada; fenda palpebral oblíqua; prega palmar transversa única; face achatada; ponte deprimida; orelhas com baixa implantação; entre outras.

No estudo de Silva e Dessen (2002), as mesmas afirmam que a probabilidade de um indivíduo ter Síndrome de Down é de 1/600 nascidos vivos. O nascimento de uma criança com Síndrome de Down é mais freqüente conforme aumenta a idade materna. Porém, qualquer pessoa está sujeita a ter filho com esta Síndrome que ocorre ao acaso, sem distinção de raça ou sexo.

Conforme relata Stray-Gundersen (2007, p. 27-34) em seus estudos uma criança com Síndrome de Down apresenta várias características próprias, destacando-se aqui a tônus muscular baixo, hipotonia, nariz menores, microcefalia, braquicefalia descrita por um diâmetro fronto-occipital muito pequeno, fissura palpebral com inclinação superior, pregas epicânticas, base nasal achatada e hipoplasia da região mediana da face. Além dessas características o pescoço é mais curto, as orelhas são pequenas, as mãos menores, dedos curtos, prega palmar transversal ou linha simiesca, os pés embora pareçam normais podem apresentar um sulco profundo nas plantas dos pés e grande espaço entre o primeiro e o último dedo, a altura média adulta de homens com Síndrome é de 1,57 m e para as mulheres é de 1,37 m, o tórax pode ser um tanto afunilado, a pele pode ser mosqueada (manchada), clara e sensível à irritação, a pila é pequena e displásica, a língua é protusa e hipotônica; há clinodactília do 5º dedo das mãos.

Em geral as crianças com Síndrome de Down apresentam hipotonia muscular e são muito sonolentas. Logo após o nascimento, elas mostram dificuldades para sucção e deglutição.

Percebe-se também, no parecer de (SILVA e DESSEN, 2002) um atraso no desenvolvimento de alguns reflexos do bebê, havendo comprometimento na postura de semiflexão dos quadris, que pode não ser evidente ou mesmo, estar ausente.

Resumindo as idéias de (SILVA e DESSEN, 2002, p.168) a linguagem das crianças é bastante comprometida. Sendo a deficiência mental uma das características mais presentes na Síndrome de Down devido ao atraso global no desenvolvimento, que pode variar de criança para criança. Vale ressaltar o que diz Schwartzman (1999, p.62) que a maioria dos indivíduos, faz uso funcional da linguagem, além de compreender regras utilizadas nas conversações.

A deficiência intelectual é responsável por eles aprenderem mais lentamente e ter dificuldades com o raciocínio complexo e o juízo crítico. Tanto as habilidades intelectuais quanto as sociais de crianças com essa Síndrome são maximizadas, quando criadas em um ambiente de apoio, com suas famílias.

1.3. Síndrome de Down na Educação Inclusiva

“A pessoa é pessoa antes de tudo e sem qualificativos” (COLL [et al.] , 2004, p. 257)

O movimento pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica desencadeada em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamental na concepção dos direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avançam em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. Sabendo-se que as pessoas com deficiência são amparadas por leis que enfatizam o respeito à diferença e a sua inserção na sociedade é preciso que todos na escola conheçam as leis para compreender a importância de garantir a matrícula e permanência dessas crianças no contexto escolar e na sociedade.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define em seu artigo 205 a educação como direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a

qualificação para o trabalho. Em seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, Lei nº 8.069/90, no seu artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino”.

Conforme aponta a Declaração de Salamanca (1994) o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos devam aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem (UNESCO, apud Oliveira, 2005).

A Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da educação Nacional, no seu artigo 58 define que educação especial é uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais. Ainda, a referida lei determina que haja, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela com necessidades especiais. Este atendimento será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. Conforme destacam (SILVA, RIBEIRO E MIETO, 2010, p. 205)

[...] Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001) tem avançado significativamente, com objetivo de organizar a educação especial/inclusiva em todo território nacional, oferecendo valiosos subsídios para o desenvolvimento das propostas pedagógicas para profissionais que atuam com alunos da educação especial [...], destacando a importância da formação dos professores capacitados e especializados. [...].

A oferta da educação especial tem início na faixa etária de zero a seis anos na Educação Infantil. Também de acordo como no artigo 59, a LDBEN 9.394/96, assegura aos alunos com necessidades especiais: currículo, métodos, técnicas, recursos e organização específicos para atender suas necessidades, terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a

integração destes educandos nas classes comuns; educação especial para o trabalho, visando sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive dando condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentarem uma habilidade superior na área artística, intelectual ou psicomotor, acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

O artigo 60 da LDB destaca que os órgãos normais dos sistemas de ensino estabelecerão critério de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em Educação Especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. Ainda, o Poder Público adotará como alternativa preferencial, ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas no artigo citado anteriormente.

As atuais exigências e transformações mundiais primam por mudança de paradigma das escolas públicas ou privadas em seu projeto político pedagógico, recursos humanos e espaços físicos para que possam melhorar seu trabalho, oferecendo uma educação mais humanizada e de qualidade. É necessário, portanto repensar o modelo de escola que está inserido neste contexto. A formação do professor deve estar associada a uma prática reflexiva e mudanças de postura, para que as legislações que regem a educação inclusiva não sejam vistas como uma imposição, mas como garantia dos direitos de todos a uma educação de qualidade.

Uma sociedade inclusiva necessita de sua própria construção. O que se compreende por uma educação inclusiva é o fato de garantir a todo o cidadão o acesso ao saber contínuo e ao espaço na sociedade, a mesma deve ser direcionada e conscientizada através de relações humanas acolhedoras, da aceitação à diversidade e das diferenças, do esforço coletivo para que a oportunidade de desenvolvimento humano com qualidade seja para todos e em todas as dimensões da vida do cidadão. O ato de educar envolve a compreensão e a diversidade de aspectos, que criam vínculos entre educador/educando/escola/conhecimento.

A educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A educação especial deve atuar de forma articulada com o ensino comum, orientando para as necessidades educacionais especiais. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, reforçando a importância dos ambientes heterogêneos para a promoção

da aprendizagem de todos os alunos, sem exceção. O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE, reafirmado pela Agenda Social, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior...

Segundo Stray-Gundersen (2007, p. 187) a criança com Síndrome de Down deve receber os serviços especiais fornecidos pela escola regular como uma criança normal recebe. Ou seja, receber igual tratamento. Sabe-se que a criança com Síndrome de Down é mais lenta e também o seu desenvolvimento cognitivo se processa de maneira diferente. Esse fato de ser mais lenta pode ser consequência dos transtornos de aprendizagem. Mas isso não pode ser mais pretexto das escolas para não fazer sua matrícula pelo contrário, a Constituição Federal de 1988 prevê a inclusão de todas as crianças em classes regulares garantindo seu acesso e permanência.

Na educação inclusiva o ensino deve ser divertido e fazer parte da vida cotidiana, despertando assim o interesse pelo aprender. No processo de aprendizagem a criança com Síndrome de Down deve ser reconhecida como ela é, e não como gostaríamos que fosse. As diferenças devem ser vistas como ponto de partida e não de chegada na educação, para desenvolver estratégias e processos cognitivos adequados. De acordo com Almeida (2004, p.3- 4):

A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades dos alunos com necessidades especiais no processo educacional, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

A criança com Síndrome de Down apresenta muitas debilidades e limitações, assim o trabalho pedagógico deve primordialmente respeitar o ritmo da criança e propiciar-lhe estimulação adequada para desenvolvimento de suas habilidades. Programas devem ser criados de acordo com as necessidades específicas das crianças.

O ensino das crianças especiais deve ocorrer de forma sistemática e organizada, seguindo passos previamente estabelecidos, o ensino não deve ser teórico e metódico e sim deve ocorrer de forma agradável e que desperte interesse na criança. Normalmente o lúdico

atrai muito a criança, na primeira infância, e é um recurso muito utilizado, pois permite o desenvolvimento global da criança através da estimulação de diferentes áreas.

Uma das maiores preocupações em relação à educação da criança se dá na fase que se estende do nascimento ao sexto ano de idade. Neste período a educação infantil deve promover sua autonomia, experiências de interação social e adequação. Permitindo que esta se desenvolva em relação a aspectos afetivos, volitivos e cognitivos, que sejam espontâneas e antes de tudo sejam crianças.

1.4 Dilemas das Famílias e a Escola Inclusiva

Interessante ressaltar o que Stray-Gundersen, (2007, p. 145) disse que “os pais de crianças com Síndrome de Down, assim como os pais de crianças “normais”, desejam sempre saber como seu filho se desenvolve. Os pais e educadores precisam entender que cada criança é única e que as crianças com Down devem ser estimuladas a explorar, aprender e ser curiosas, assim como as demais. As crianças devem ser desafiadas a concluir tarefas desde cedo, desenvolver sua autonomia, realizar tarefas sozinhas sem ajuda de adultos, ouvir histórias, estudar, ouvir músicas e a dançar.

A família tem um papel de destaque no desenvolvimento do Ensino/aprendizagem de ANEE, pois é uma rede complexa de relações e emoções que perpassam sentimentos e comportamentos. A família, seja ela normativa ou extensiva, é responsável pela interação progressiva do indivíduo numa sociedade. Portanto, segundo Stray-Gundersen, (2007) ao nascer uma criança com Síndrome de Down é papel familiar inserir essa criança no contexto social o mais cedo possível e garantir a inclusão dela nas escolas regulares, colaborando com seu pleno desenvolvimento.

Os pais de crianças com Síndrome de Down se defrontam com alguns dilemas quando seus filhos atingem a idade de freqüentar a escola. Questionam-se se devem ou não colocá-los numa escola e se essa escola deve ser regular ou especial. Entretanto, é importante lembrar que esses dois momentos são distintos e geram ansiedades específicas. Quando a inclusão é bem feita, a socialização começa a se dar de maneira muito fluida.

Por isso na opinião de Barros e Menezes (2010, p. 49/50)

A família deve ser motivada a colaborar e participar do programa educacional, pois a qualidade da interação entre pais e filhos produz efeitos importantes no desenvolvimento das áreas cognitivas, linguísticas e sócio-emocionais das crianças com SD. É comum observarmos na criança Down, alterações severas de internalizações de conceitos de tempo e espaço, que

dificultarão muitas aquisições e refletirão especialmente em memória e planificação, além da aquisição de linguagem.

Se de um lado a criança com a Síndrome de Down tem muito a ganhar no desenvolvimento sócio/afetivos permanecendo no ensino regular, por outro lado a maioria das vezes, as escolas ainda desconhecem estratégias e alternativas para apreensão dos conteúdos em sala de aula.

As crianças com Síndrome de Down, assim como outra criança qualquer, são muito diferentes entre si, tanto acerca de sua personalidade quanto em relação aos variados interesses e habilidades. Os pais na hora de escolherem a escola para seu filho devem ficar atentos para buscar subsídios para que a escola os inclua sem discriminação e preconceitos.

É importante ressaltar que a necessidade de estruturar atividades apropriadas á série do aluno, particularmente em se tratando da participação dos pais no seu acompanhamento.

1.5 Metodologias e Estratégias de Ensino

Tradicionalmente, as metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem foram baseadas no enfoque formal nos quais se atribuiu mais importância aos conteúdos e neste caso o educador centra-se nos objetivos e nas atividades que serão realizadas. Uma vez que esta pesquisa trata da alfabetização de crianças com Síndrome de Down julga-se necessário diferenciar metodologias de ensino de métodos de ensino.

Até a década de 1970, ao falar em alfabetização, recorria-se a noções de "prontidão", "habilidades psiconeurológicas" e outras, já que se entendia o aprendizado da escrita alfabética como uma questão de tipo perceptual, motor e memorístico. Utilizava-se dos métodos analítico e sintético para alfabetizar as crianças. No entanto, a partir da década de 80 adquiriram maior importância os modelos de intervenção funcional em que as interações constituem a base para o desenvolvimento da educação.

Todavia a alfabetização convencional centrada nas cartilhas foi substituída por uma alfabetização mais dinâmica, construída a partir da psicogênese da língua escrita, onde a criança precisa compreender que ler e escrever vai além de codificar símbolos, mas de compreender antes de tudo o significado da escrita e qual sua função, numa dimensão mais abrangente.

Entende-se que a metodologia compreende o estudo dos métodos, o conjunto dos procedimentos de investigação das diferentes ciências quanto aos seus fundamentos e validade, distinguindo-se das técnicas que são a aplicação específica dos métodos.

Conforme assinala (SALGADO e MIRANDA, 2004, p. 172) métodos de ensino são os caminhos percorridos pelo nosso pensamento com o propósito de conhecer a realidade. São muitas e variadas às maneiras de pensar, comportando inúmeras classificações. Estão ligadas a uma concepção epistemológica, isto é, ao entendimento que se tem de como se forma o conhecimento nas pessoas. Os métodos são o grande trajeto a percorrer e se desenvolvem por etapas; estas se concretizam por meio das chamadas técnicas de ensino ou procedimentos didáticos.

Na concepção das autoras Salgado e Miranda (2004) existem vários métodos os chamados métodos transmissivos que estão assentados numa concepção de que o conhecimento é uma coisa que o professor tem e os alunos não têm. Portanto, cabe ao professor transmitir aos alunos esse conhecimento, por meio da exposição, método expositivo com caráter de passividade e cabe ao aluno assimilar o conhecimento que lhe é transmitido. Sua ênfase está no ensino e no professor. Em contra partida ficam os métodos ativos: sua base teórica não está no ensino, mas na aprendizagem: partem do pressuposto de que cada aluno é que constrói o seu próprio conhecimento a partir de experiências propiciadas pelo professor.

Para as autoras Salgado e Miranda (2004), o papel do professor nesse caso é de mediador entre o aluno e o conhecimento, de facilitador da aprendizagem dos alunos. Cada aluno é considerado o sujeito de sua própria aprendizagem. Entende-se que as abordagens utilizadas para alcançar a aprendizagem de leitura e escrita em crianças com SD serão tão diversas quanto diversas são suas características e peculiaridades.

Entretanto conforme afirmam (MACIEL, 2010, p. 105) no chamado método multissensorial porque Montessori o defendia como princípio básico que todos os sentidos do aluno deveriam ser estimulados para melhor memorização e aprendizagem de qualquer conteúdo. Observa-se que ao usar as modalidades auditiva, visual, sinestésica e tátil, esse método facilita a leitura e a escrita ao estabelecer a conexão entre aspectos visuais (a forma ortográfica da palavra), auditivos (a forma fonológica) e sinestésicos (os movimentos necessários para escrever aquela palavra).

Na abordagem construtivista, de acordo com Maciel (2010, p. 104) a ênfase do método global está centrada no significado, portanto a partir do texto e das palavras inteiras a criança é levada a levantar hipóteses, partindo de um contexto, sobre as palavras que constituem uma frase ou um texto e, em seguida, a memorizar a forma visual das palavras. Nesse método, supõe-se que a criança passaria diretamente dos traços visuais ao significado do texto "sem passar pelo som".

Para as autoras Maciel e Raposo (2010, p. 74) tradicionalmente, a escola organiza sua metodologia de ensino em torno de fatos, princípios e regras que precisam ser retidos, recordados e depois aplicados. Segundo elas essa é uma prática bastante criticada, pois se sabe que esse tipo de pedagogia não forma pessoas pensantes e reflexivas.

Percebem-se na atual conjuntura educacional que o enfoque metodológico mudou e, portanto, professor e aluno passaram a ser aprendizes no processo ensino/aprendizagem e que devem buscar compreendê-lo como um processo comunicativo bidirecional para atingir suas metas pessoais e interpessoais utilizando toda tecnologia disponível no mercado.

A escola não é a mesma do passado, portanto, as metodologias e estratégias devem acompanhar essas mudanças. Identifica-se que a ação do professor e estudante, no processo educativo, é cíclica e recursiva, a atividade de um impacta no outro e retorna em forma de nova informação sobre o fato, que é novamente processado e transformado em novo processo interativo.

No passado várias tendências pedagógicas marcaram o fracasso e o sucesso da educação porque se preocupava com o conteúdo, hoje o enfoque se dá pela comunicação, mediação e interação com o outro.

Por isso, como afirma Maciel e Raposo (2010, p.75-76) na abordagem histórico-cultural de Vigotsky (1984) que dá ênfase às origens sociais dos processos cognitivos em geral e da linguagem em particular. Já na abordagem sociocultural construtivista “todo processo psicológico humano é social por natureza e que o desenvolvimento humano ocorre por meio da interação dialética entre os processos de canalização cultural e de constituição do indivíduo enquanto sujeito ativo e co-participante de seu próprio desenvolvimento”.

Para uma educação significativa há de se organizar uma metodologia que seja coerente com a prática do educador e atrelado as questões metodológicas buscam-se às estratégias para alcançar os objetivos propostos na alfabetização de alunos com síndrome de Down em classe regular.

Conforme afirmam Coll [*et al.*] (2004, p. 310) uma estratégia de ensino pode ser definida como uma sequência de atividades ou de procedimentos, escolhidos entre várias alternativas, e que é dirigida a alcançar uma meta.

No entanto, para Coll [*et al.*] (2004, p. 310) decidir por uma estratégia mais pertinente para se alcançar uma meta, pressupõe o conhecimento de que estratégia é uma série de atividades dirigidas a um fim e que supõe uma escolha. Por esta razão a mediação do professor consiste em tornar explícito o que habitualmente se aprende de maneira implícita. Portanto, segundo o ensino da generalização deve ser ingrediente básico de qualquer

programa que queira melhorar as habilidades de pensamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem. O professor mediador deve planejar os diversos passos que compõe a estratégia, saber como implementá-la e saber quando e por que utilizar os diferentes tipos de estratégias. Cabe ao professor conhecer os diversos métodos de ensino e as diversas estratégias para realizar um trabalho eficiente capaz de transformar o pensamento da criança indiferente de suas limitações.

Frente a inúmeros estudos em relação ao desenvolvimento cognitivo da criança com Síndrome de Down, percebe-se a necessidade de promover ações que possam favorecer a aprendizagem dessas crianças. Conforme (TACCA [*et al.*], 2010, p.5) afirmou:

Assumir-se como professor requer clareza de muitos aspectos constituinte da missão a ser realizada. É preciso ter metas e objetivos, saber sobre o que se vai ensinar, mas não se pode perder de vista, um segundo sequer, para quem se está ensinando e é disso que decorre o como realizar. Integrar tudo inclui dar conta de diversas facetas do processo ensino-aprendizagem, ou seja, a do aluno concreto, real, a do conhecimento, a das estratégias de ensino, a do contexto cultural e histórico em que se situam.

Conjugar isso exige compromisso e responsabilidade com o aluno, o que permite avançar na exigência da compreensão da pessoa no processo de ensinar e aprender.

Stray-Gundersen (2007, p. 135) afirma que o desenvolvimento de uma criança é um processo vitalício, resultante da interação complexa de fatores biológicos, psicológicos, culturais e ambientais. É importante que o professor saiba que seu trabalho com os alunos com Síndrome de Down exige a incorporação de metas de desenvolvimento nas atividades diárias.

Ainda de acordo com Stray-Gundersen (2007, p.182-187) é preciso que pais e professores aprendam a observar o desenvolvimento de seus filhos e assim ajudar a organizar as informações. Precisam observar se eles possuem responsividade, estímulos sensoriais, níveis de atividade e energia, preferências, aprendizagem, movimento, comunicação. Neste sentido, a autora afirma que as estratégias seguintes devem incorporar o planejamento dos pais e professores: ser consistentes, estabelecer expectativas bem definidas, dividir as tarefas em etapas, repetir sempre faz parte do processo de aprendizagem, ser pacientes, ser positivo, usar estímulos para auxiliar a aprendizagem, dar tempo, seja criativo e lembre-se que todos têm momentos bons e maus.

Para Silva (2002, p.8) “a prontidão para a aprendizagem depende da complexa integração dos processos neurológicos e da harmoniosa evolução de funções específicas como linguagem, percepção, esquema corporal, orientação têmporo-espacial e lateralidade”.

De acordo com os estudos de Barros e Menezes (2010, p. 48) a importância de haver uma intervenção que vise ao favorecimento da aprendizagem, facultando a integração e a autonomia, aspectos tão importantes para que as crianças com Síndrome de Down possam atuar na sociedade. “[...] o mediador ajuda a criança a processar adequadamente àqueles aspectos significativos para seu crescimento intelectual” Beyer (2001, p.75). Na concepção de Barros e Menezes (2010, p.50)

É fundamental que os cuidados exagerados conferidos às crianças com SD venham a dar lugar à confiança e a credibilidade para que elas desenvolvam suas capacidades intelectuais por meio de uma aprendizagem mediada, vivenciada, que garanta situações que proporcionem à criança a superação de algumas limitações.

Sabendo-se que as aprendizagens estão sempre sujeitas às mudanças e graças à dinamicidade da estrutura mental humana que torna possível a modificação ou a reorganização cognitiva mediante as interações com o meio social aponta-se para que os pais, os professores e terapeutas, se empenhados, podem produzir resultados positivos e inesperados. Diante disso constata-se que é urgente que as escolas e professores se organizem para incluir de fato as crianças com Síndrome de Down bem como as outras deficiências. Depende da aceitação e do envolvimento dos profissionais na busca do conhecimento para melhor interagir com as crianças com necessidades especiais.

No contexto inclusivo atual, precisa encontrar maneiras de realizar uma prática adequada para as necessidades dos alunos, considerando as concepções e práticas pedagógicas que atendem a diversidade humana. Mantoan (1997, p. 120) afirma que se deve ponderar sobre “o princípio democrático da educação para todos, que se evidencia nos sistemas educacionais em todos os alunos e não apenas em um deles” Já as autoras Maciel e Raposo (2010, p.80) afirmam que:

A importância de se pensar uma educação que busque substituir a fragmentação indivíduo-mundo-escola e faça prevalecer uma compreensão mais abrangente e dinâmica das experiências que integrarão a formação de nossos estudantes, em quaisquer níveis de ensino.

É preciso que a escola tenha um projeto pedagógico interdisciplinar que contemple ações inclusivas e que preocupe em adequar os currículos de acordo com cada especificidade da escola. Nestas ações incluem o modelo de avaliação, nas práticas contextualizadas na sala de aula e nos instrumentos utilizados. Essas mudanças requerem analisar e conceituar as dificuldades e os problemas que os alunos apresentam ao longo de seu desenvolvimento.

Na visão dos autores Coll [*et al.*] (2004, p. 275-276) a prática de avaliação psicopedagógica deve ser coerente, tanto do ponto de vista conceitual quanto metodológico, com a origem social do desenvolvimento, e, portanto da aprendizagem, com uma visão das diferenças individuais como indicadores da natureza e do tipo de apoios que devem ser proporcionados aos alunos especiais.

A interdisciplinaridade é requisito para a adequada avaliação das necessidades educativas especiais dos alunos, requer, no entanto a colaboração e interação de todos que atuam no contexto, inclusive os pais, psicólogos, psicopedagogo e pedagogo.

1.6 Os professores e a inclusão dos alunos com Síndrome de Down

Stray-Gundersen (2007, p.179) considera-se que, os pais são os primeiros professores dos filhos sejam esses “normais” ou com necessidades especiais. No entanto, os pais como os professores nas escolas precisam aprender técnicas especiais de manipulação, habilidades de observação e estratégias de ensino, para ajudar as crianças com necessidades especiais. Estabelecer parcerias com os pais deve ser a meta principal dos professores que lidam com essa criança.

Infelizmente, nem todas as escolas possuem um programa bem estruturado para receber as crianças com necessidades especiais, visto que embora haja crianças com as diversas necessidades matriculadas percebe-se pouco envolvimento do pessoal na escola com essas crianças. Falta um planejamento, um projeto específico para cada caso.

Sabe-se que a intervenção precoce se deve primeiramente aos primeiros anos de vida e são os pais os responsáveis em viabilizarem o contato do filho logo nos primeiros dias de vida para a criança não perder tempo no seu desenvolvimento escolar futuro. Professores e pais precisam conhecer como se dá o desenvolvimento e como lidar com essa criança para ajudá-la.

De acordo com Stray-Gundersen (2007, p. 160) a intervenção precoce exige especialistas bem formados e treinados. Essa intervenção tem como meta integrar a criança na família. Incluí-la desde cedo nos tratamentos com os especialistas é garantir o futuro da

criança na vida em sociedade. A intervenção é essencial para que ela alcance o seu potencial. E essa intervenção não é uma tarefa fácil e que vai ser alcançada em pouco tempo.

Aprender a cuidar da criança com Síndrome de Down é fator primordial para o início da alfabetização. Hoje, as escolas respondem pela inclusão de toda criança com necessidades especiais. Por isso, é necessário refletir como os professores estão preparados para atuarem neste novo contexto.

Segundo Schwartzman (1999, p. 247) na inclusão escolar, as ações mais comuns se preocupam com as reais necessidades do educando e que desperta o educador na percepção de que entre outras deficiências sobre o desenvolvimento neurológico da criança com Síndrome de Down, podem-se citar as dificuldades na tomada de decisões e iniciação de uma ação; na elaboração do pensamento abstrato; no cálculo; na seleção e eliminação de determinadas fontes informativas, no bloqueio das funções perceptivas, nas funções motoras e alterações da emoção e do afeto.

E ainda, segundo Werneck (1995, p. 164): "[...] os portadores de Síndrome de Down têm capacidade de aprender, dependendo da estimulação recebida e da maturação de cada um. O desenvolvimento afetivo e emocional da criança também adquire papel importante [...]".

Repensar a prática pedagógica e aprender a fazer. Aprender a observá-los, conversar com eles e recomeçar sempre que for necessário. De acordo com Coll [*et al.*] (2004, p. 257) “quem tem como tarefa ensinar deve manifestar sempre sua crença na potencialidade de todas as pessoas, independente de serem maiores ou menores as limitações em seu funcionamento”.

A escola é um local de mudanças e quebra de paradigmas. Se a escola e o professor não estiverem comprometidos com a mudança de atitudes a aprendizagem não será significativa. Por isso o ponto crucial para que a inclusão aconteça, é a valorização das especificidades de cada um. Toda criança que chega à escola já possui algum conhecimento, afinal o que ela pode não saber é codificar e decodificar, mas ler o mundo, mesmo que sob a sua visão, é um fator que deve ser previsto em todo e qualquer planejamento.

As novas tecnologias estão a serviço do professor para a divulgação e captura de atividades, de criação de materiais e de formas curiosas de chamar a atenção dos alunos para o conteúdo, pois, assim, eles vão direcionando suas dúvidas e dando o norte para a aprendizagem. Acredita-se que a inclusão não é utopia, nem ineficaz e desnecessário, pois se o professor investir na estimulação do aluno, o esforço deles será recompensado e a aprendizagem apenas uma consequência. É necessário planejar de acordo com o nível de conhecimento do aluno, suas dificuldades e possibilidades o currículo deve ser flexível e estar voltado para o aprendizado do aluno.

Quando as atividades são valorizadas pelo professor o aluno passa a querer realizar mais e mais trabalhos e a escola passa a ser considerada local de apoio, de motivações, de estímulo ao crescimento, de desenvolvimento e de busca do saber.

Stray-Gundersen (2007, p. 151-158) destaca o motivo pelos quais os pais devem desde muito cedo estimular o desenvolvimento de seu filho. Ela recomenda que na (intervenção precoce) trabalhar para melhorar o desenvolvimento do bebê - rende enormes dividendos. Mostra também que geralmente desenvolvem algumas habilidades se comparadas com os bebês normais.

Stray-Gundersen, (2007, p. 159) afirma que os programas de intervenção precoce relacionados ao desenvolvimento para crianças com necessidades especiais e suas famílias, podem adquirir muitas formas e incluir ampla variedade de serviços. Por isso quanto mais cedo os pais se preocuparem em levar seus filhos para a escola regular ou outras instituições mais cedo a criança terá apoio para o seu desenvolvimento seja cognitivo ou meramente social.

Stray-Gundersen (2007, p. 159) explica que a intervenção significa meios planejados, específicos, conscientes e especializados de interagir com crianças com síndrome de Down, para intensificar seu desenvolvimento. Precoce refere-se à faixa etária do nascimento aos três anos.

Sabe-se que cada criança é única, cada uma responde a um estímulo melhor ou não do que outras crianças, no entanto no caso de crianças com Síndrome de Down é preciso buscar meios de manejar e interagir com elas, algumas preferem de um jeito outras de outro. O que se pretende aqui é esclarecer que a intervenção precoce exige profissionais capacitados e especializados e bem treinados para que possam ajudar a família a romper com os preconceitos e ajudar a criança a se desenvolver o quanto antes.

II. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

- Estudar a inclusão de alunos com Síndrome de Down em uma escola da Rede Municipal de Ensino em Ipatinga – MG.

2.2 Objetivos Específicos:

- a) Fazer um histórico sobre a Síndrome de Down.
- b) Identificar o perfil dos professores que trabalham com os alunos com Síndrome de Down na escola pesquisada.
- c) Identificar a percepção dos professores sobre a inclusão escolar dos educandos com Síndrome de Down.
- d) Identificar as metodologias e estratégias de ensino utilizadas pelos professores na alfabetização das crianças com Síndrome de Down.
- e) Identificar os aspectos facilitadores e dificultadores encontrados pelos professores ao trabalhar com alunos com Síndrome de Down.
- f) Descrever a percepção dos professores sobre a importância da parceria escola-família na inclusão de crianças com Síndrome de Down.

III. METODOLOGIA

3.1. Fundamentação Teórica da Metodologia

De acordo com as autoras Maciel e Raposo (2010, p. 77) “o processo de construção do conhecimento científico tem sido motivo de muitas preocupações e um grande desafio para a educação e para a atividade do professor, principalmente porque muitas mudanças ocorreram na teoria e prática científicas nos últimos 20 anos”

Segundo Maciel e Raposo (2010, p. 80-81) a pesquisadora motivada pela pesquisa cíclica que busca incluir a interação das várias partes do sistema em desenvolvimento e que se baseia na “abordagem sociocultural construtivista a qual compreende o indivíduo a partir de uma ótica dialética, onde o sujeito e cultura se misturam de modo atuante e bidirecional”, buscou na pesquisa qualitativa descritiva e, em segundo plano a quantitativa, um processo permanente de produção de conhecimento, onde os resultados se integram com novas interrogações e abrem novos caminhos à produção de conhecimento sobre como atuar na escola com alunos com Síndrome de Down.

Segundo Maciel e Raposo (2010, p. 87):

A reflexão pode ser uma tentativa de transcender o cotidiano, de sair de uma situação alienante que prejudica a escola e seus indivíduos no ato de ensinar e aprender os conteúdos da cultura humana, e de criar um espaço para refletir sobre as possibilidades de construir uma nova realidade

O trabalho teve um caráter qualitativo descritivo porque segundo Maciel e Raposo (2010, p. 82) a pesquisa qualitativa representa um processo permanente de produção de conhecimento, onde os resultados parciais se integram de forma permanente com novas interrogações e abrem novos caminhos à produção de conhecimento. O caráter quantitativo também foi utilizado, mesmo que em segundo plano, pois foi utilizado para conhecer o perfil dos professores que atuam na escola e trabalham com crianças com Síndrome de Down.

A estratégia empregada nessa pesquisa propôs o uso de um questionário como instrumento de coleta de dados e em seguida analisou-se e fez uma discussão entre os autores pesquisados.

3.2 Contexto da Pesquisa

3.2.1 Local de coleta de dados

A pesquisa foi realizada em uma das escolas da Rede Municipal de Ipatinga – Escola X. Tendo em vista a presença de crianças com Síndrome de Down nesta instituição e, que no momento, o professor afirma ter dificuldades em lidar com a mesma, porque não se sente preparado para alfabetizá-la na sala de aula do ensino regular.

3.2.2 Caracterização da Escola X

A Escola Municipal pesquisada que aqui denominaremos Escola X, atende alunos do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental. Foi criada pela lei Municipal nº. 1162/91, localizada em um bairro da periferia de Ipatinga - MG iniciou suas atividades em 1991 com 09 turmas de 1ª a 4ª séries, 06 turmas de 5ª a 8ª séries, em três turnos: matutino, vespertino e noturno.

Atualmente, a Escola funciona apenas com turmas de 1º ao 5º ano, num total de 549 alunos, divididos em dois turnos: matutino e vespertino. No ano de 2010 iniciou o projeto “**Mais Educação**” com 100 alunos envolvidos no total, divididos em dois turnos, com o objetivo de estender a carga horária dos alunos para 8 horas diárias, com a finalidade de tirá-los da rua, ocupando-os num maior tempo com atividades saudáveis.

A escola possui 24 turmas, com um total de 34 professores, 3 professores da equipe diretiva, 04 funcionários da secretaria, 15 funcionários da área de serviços gerais. Diariamente a escola é protegida com câmeras de vídeo e um funcionário da prefeitura que vigia o portão de entrada da escola durante 24 horas por dia.

A missão da escola é oferecer um ensino de qualidade proporcionando a formação integral do aluno no âmbito pessoal, social e profissional.

A escola tem como visão ser uma escola identificada pela qualidade de ensino ministrada, garantida pelo compromisso e união de equipe, trabalhando os valores espirituais (promovendo a paz, perdão e honestidade), o senso ético (trabalhar pela valorização do próximo, igualdade e respeito), o intelectual (desenvolver o espírito de preservação e valorização do, meio ambiente), o cívico (promover a cidadania e a valorização da pátria).

O perfil da clientela predominante é de classe operária de baixa renda, filhos de funcionários de empreiteiros e autônomos sem renda fixa em busca de uma situação financeira melhor. Por isso encontram-se pais com jornada de trabalho intensa e, em consequência, filhos administrando sozinhos, a própria vida, sem acompanhamento em casa.

Por essa razão apresentam vários problemas de falta de limite, de senso familiar,

crescente nível de agressividade, problemas relacionados a drogas, desinteresse pelos projetos pedagógicos da escola, falta hábito de estudo, indisciplina, baixa auto-estima, baixo rendimento escolar e alunos infrequentes.

A escola tem uma ótima estrutura física, banheiros adaptados aos deficientes físicos, mas ainda não tem uma rampa de acesso ao 2º andar, mas já está em processo de aquisição de verbas para consolidar esse fator.

O prédio da escola foi construído em dois pavimentos. Sendo que no primeiro pavimento fica 01 sala de direção e 01 sala para a vice direção com 01 banheiro, 01 secretaria, 01 sala para Xerox, sala dos professores com 01 banheiro, biblioteca, 01 cantina, área de refeitório com mesas e bancos, um depósito de merenda, 08 banheiros femininos e 08 banheiros masculinos, 01 banheiro adaptado para cadeirante, 01 quadra coberta com dois banheiros (01 feminino e 01 masculino), 02 sala do “**Programa Mais Educação**”, 02 salas de aula e 01 sala de coordenação onde cada dia da semana os professores (divididos por disciplinas ou turmas) fazem seus planejamentos semanais, 01 sala de recursos multimídias (pequena mais aconchegante) cuja função é o atendimento especializado a 19 alunos com as mais diversas especificidades, sendo 01 aluna com Síndrome de Down, 02 alunos com paralisia cerebral, 03 alunos com problemas fonoarticulatórios sem laudo comprobatório, 01 aluno com deformação óssea sem laudo comprobatório, 01 aluno hiperativo em uso de medicamentos, os outros 11 alunos apresentam defasagem no desenvolvimento neuromotor e também na aprendizagem.

No 2º pavimento foram construídas 10 salas de aula, 01 Laboratório de Informática com 05 computadores (sala para mesa alfabeto), 01 sala do PROINFO com 20 computadores, 01 sala para depósito de materiais, 02 banheiros.

A escola em parceria com a Secretaria Municipal de Educação desenvolve projetos para atender os alunos com dificuldade de aprendizagem (**Mais Educação, PAT - Programa de Aceleração da Aprendizagem e Sala de Recurso**), colhendo bons resultados

Todos os professores da escola possuem curso superior, a maioria tem curso de especialização (pós-graduados) nas diversas áreas do conhecimento, e 01 professor de educação física cursando o mestrado em fase final do curso. Os auxiliares de serviços têm habilitação em nível fundamental ou médio. A prefeitura disponibiliza segurança 24 horas na escola, além de ter implantado câmaras de vídeo para a segurança da mesma.

3.3 – Participantes

Esse trabalho de pesquisa buscou uma reflexão entre os vários personagens do contexto escolar (uma aluna com Síndrome de Down, professores, coordenadores) no sentido de se mobilizarem para uma mudança.

Neste sentido, o professor poderá transformar-se em um profissional reflexivo, aquele que pensa na ação, interrogando-se sobre as alternativas possíveis para um determinado momento e avaliando os seus resultados.

A presente pesquisa teve como foco os professores que trabalham com um aluno com Síndrome de Down na escola pesquisada: (1 de arte , 2 educação física, 2 regentes da turma, 1 ensino religioso, 1 de biblioteca, 1 sala de recurso, 1 coordenador pedagógico, 1 de laboratório de informática) sendo um professor de cada disciplina e um professor regente que precisou se afastar da sala de aula por motivo de doença, totalizando 10 professores e a pesquisadora cuja formação é Pedagogia se especializando em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

A professora afastada trabalhou com o aluno com Síndrome de Down durante o ano de 2009 e no ano de 2010 até o mês de outubro. A professora que assumiu seu lugar é psicopedagoga e pode contribuir muito com essa pesquisa. Também foi realizada a pesquisa com dois professores de educação física um que trabalharam durante todo o ano de 2010 e outra que trabalhou no ano de 2009. A professora de educação física do ano 2009 foi convidada a participar desta pesquisa porque trabalhou com a inserção da aluna com Síndrome de Down, é uma pessoa comprometida com as crianças no que se refere à questão pedagógica e outro motivo é que ela terminou mestrado em Ciências da Reabilitação no ano de 2010, neste caso tem maior conhecimento para contribuir com esta pesquisa.

Para caracterizar o perfil dos profissionais da escola pesquisada organizou na questão 1 (Apêndice A) sobre dados dos pesquisados, com o objetivo de conhecer o professor que trabalha na alfabetização e na inclusão dos alunos com necessidades especiais e especificamente com aluno com Síndrome de Down. Todos os professores têm uma função bem definida na escola. A pesquisa contou com 10 participantes.

Escolheram-se letras maiúsculas acompanhadas de numeração para identificação dos participantes registrados no quadro abaixo com a finalidade de preservar a identidade dos mesmos.

Para melhor visualizar o perfil do professor organizou-se os quadros abaixo:

Quadro 1- Demonstrativo sobre a situação dos professores na Escola

Itens	a	b	c	d	e	f	g
Professores	Escola	Disciplina	Turma Que leciona	Nº de alunos na turma	Alunos Síndrome de Down	Idade Aluno SD	Carga Horária
C1	X	Informática	1º ao 5º ano	Todos	01	07	40 h/s
L1	X	Arte	1º ao 3º ano	25	01	07	40 h/s
S1	X	Regente 2009/2010	1º ano	15	01	07	40 h/s
AM1	X Y	Educação Física 2010	1º anos e PAT -I	15	01	07	40 h/s
V1	X Y	Educação Física 2009	1º ao 5º anos	15	01	07	40 h/s
M1	X	Regente 2010	1º ano	15	01	07	40 h/s
V2	X	Biblioteca	1º ao 5º ano	Todos	01	07	40 h/s
R1	X Y	Ensino Religioso	1º ao 5º ano	25	01	07	40 h/s
C2	X	Coordenadora	Todas as turmas	Todos	01	07	40 h/s
AP1	X Y	Sala de recursos	Todos os alunos com dificuldades/aprendizagem	22 alunos atendidos de 1 a 4 alunos em 2 horas, 2 vezes por semana	01	07	40 h/s

Dos 10 professores pesquisados, 60% trabalham uma jornada de 40 horas semanais somente na escola X e 40% dos professores trabalham também em outra escola Y, contabilizando 20 horas em cada uma. Constatou-se que os professores possuem apenas uma aluna com Síndrome de Down e que a mesma tem sete anos. Observou-se que a escola preocupa-se em reduzir o número de alunos na sala de aula para melhor atendê-la.

Os quadros abaixo mostram o perfil dos professores que atuam na educação da criança com Síndrome de Down na escola pesquisada:

Demonstrativo do perfil dos professores

Quadro 2 - Sexo

Sexo	Nº Professores	%
Masculino	-	-
Feminino	10	100%
Total	10	100%

Ao analisar o quadro acima, observa-se que dos 10 (dez) professores pesquisados 100% são do sexo feminino,

Quadro 3 – Idade

Faixa Etária	Nº Professores	%
Entre 20 e 25 anos	-	-
Entre 26 a 30 anos	1	10%
Entre 31 a 35 anos	3	30%
Entre 36 a 40 anos	-	-
Mais de 41 anos	6	60%
Total	10	100%

De acordo com o Quadro acima, pode-se verificar que a maioria dos pesquisados, ou seja, 6 (seis) encontram-se na faixa etária maior que 41 anos. Em seguida, 3 (três) estão inseridos na faixa etária de 31 a 35 anos e, apenas 1(um) com idade entre 26 a 30 anos. Portanto, infere-se um grupo com bastante experiência de vida.

Quadro 4 – Estado Civil

Estado Civil	Nº Professores	%
Solteiro	1	10%
Casado	8	80%
Viúvo	1	10%
Outros	-	-
Total	10	100%

Em relação ao Estado Civil, observa-se um grupo onde 8 (oito) dos pesquisados são casados. Apenas 1(um) Solteiro e 01(um) Viúvo.

Quadro 5 – Formação Acadêmica

Formação	Nº Professores	%
Graduação	Pedagogia (6)	60%
	Educação Física(2)	20%
	Letras/Inglês (1)	10%
	Normal superior (1)	10%
Total	10	100%
Especialização	Fisiologia e Biomecânica do Movimento/Ciências da Motricidade Humana (1)	10%
	MBA. Práticas de Gestão em educação (1)	10%
	Psicopedagogia (1)	10%
	Docência do Ensino Superior e Alfabetização/Letramento e em curso (1)	10%
	Não são pós graduados (4)	40%
	Ensino Religioso (1)	10%
	Em curso DHEI (1)	10%
Total	10	100%
Mestrado	Ciências da Reabilitação (1)	10%
Total	10	100%
Doutorado	-	-

Quanto à formação acadêmica em graduação conclui-se que a maioria, 6 (seis) dos que trabalham com a aluna com Síndrome de Down são formados em Pedagogia e Orientação Educacional, 2(dois) em Educação Física e 1 (um) em Letras/Inglês e 1(um) em Normal Superior. Quanto à especialização 6 (seis) dos professores são especialistas em áreas diversas e 4 (quatro) dos professores não tem curso de especialização. Em se tratando de mestrado apenas 01(um) dos professores possui o título em Ciências da Reabilitação. Nenhum deles tem formação em doutorado. De acordo com Coll [*et al.*] (2004, p. 44) a formação do professor e seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas integradoras positivas na escola, além disso, a formação tem uma estreita relação com sua atitude diante da diversidade. O mesmo autor concorda que não se pode ignorar o conjunto de condições que influenciam o trabalho do professor. Sua retribuição econômica, sua valorização social, suas condições de trabalho e suas expectativas profissionais são, ao

lado da formação permanente, fatores que facilitam ou dificultam sua motivação e sua dedicação.

Quadro 6 - Tempo de atuação na escola

Tempo	Nº de professores	%
Entre 1 a 5 anos	4	40%
Entre 06 a 15 anos	4	40%
Entre 16 a 20 anos	1	10%
Menos de 01 ano	1	10%
Total	10	100%

Quanto ao tempo de trabalho na escola constatou-se que 4 (quatro) têm de 01 a 05 anos de experiência no local, seguidos de outros 4 (quatro) entre 06 a 15 anos de serviço na escola. Os demais se distribuem nas demais faixas, ou seja, 16 a 20 anos e menos de 1 ano, respectivamente.

Quadro 7 - Tempo de atuação na Educação

Tempo	Nº de professores	%
Entre 1 a 5 anos	0	0%
Entre 06 a 15 anos	5	50%
Entre 16 a 20 anos	3	30%
Mais de 21 anos	2	20%
Total	10	100%

Dos professores pesquisados (5) **C1,M1,R1,V1, AM1** trabalham na educação na faixa de 6 a 15 anos; (3) **C2, S1, V2** trabalham na educação entre a faixa de 16 a 20 anos e (2), **AP1, L1** trabalham a mais de 21 anos.

Quadro 8 - Jornada de trabalho:

Jornada de Trabalho na escola	Nº de professores	%
20 horas	4	40%
40 horas	6	60%
Total	10	100%

Conforme pode ser observado 6 (seis) dos professores têm uma jornada de 40 horas na escola e 4 (quatro) trabalham apenas 20 horas semanais na mesma.

3.4 - Materiais

No presente trabalho foram utilizados os seguintes materiais de consumo:

- 300 folhas de Papel A4
- 1 Impressora
- 1 Computador
- Tinta para impressão

3.5 - Instrumentos de Construção de Dados

Para a realização deste trabalho foi utilizado como instrumento um questionário, com questões objetivas e subjetivas. O instrumento foi respondido pelos 10 (dez) professores da escola que atuam com alunos com Síndrome de Down.

As primeiras 8 questões do questionário permitiram coletar informações destes profissionais e, assim construir o perfil dos mesmos. As demais questões versaram sobre o tema de estudo. Portanto, foi pesquisado um total de 10 (dez) professores da escola, totalizando 10 questionários (Apêndice A).

3.6 - Procedimentos de Construção de Dados

A escola foi escolhida pelo fato do pesquisador por estar vivenciando a inclusão de um aluno com Síndrome de Down. Outro motivo que levou a escolher esta escola foi o fato de oportunamente surgir novas matrículas de alunos com Síndrome de Down na mesma e esses professores necessitam estar preparados para incluí-los de uma maneira mais ética, solidária e humana como propõe a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96).

Para a coleta de dados a pesquisadora apresentou-se em primeiro lugar a Diretora da escola, para entregar a carta de apresentação e autorização para a realização da pesquisa no local. Tendo autorização para a pesquisa, reuniu-se com os professores, explicou os objetivos do trabalho e solicitou que respondessem a um questionário sobre a inclusão de alunos com Síndrome de Down na rede regular de ensino. No mesmo momento pediu que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após os esclarecimentos, foram entregues os questionários para serem respondidos e devolvidos. Alguns professores responderam imediatamente aos questionários devolvendo-os no final do turno. Apenas três desses

professores demoraram em média de dois a cinco dias para devolvê-los. O que facilitou bastante a coleta dos dados.

Observou-se que os professores não demonstraram resistência à pesquisa demonstrando interesse em conhecer os resultados posteriormente. Esses professores sofreram, com a inclusão dessa criança na escola e, o fato levanta a necessidade de rever como se fazer inclusão numa rede regular de ensino sem que isso se torne um problema para quem vai trabalhar com os alunos com necessidades especiais, mas sim um evento inclusivo por excelência. Foi percebido, no entanto, que alguns dos pesquisados tiveram dificuldades em falar sobre o assunto da pesquisa por desconhecer teoricamente os princípios que regem a inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular e porque ainda existe muita resistência ao diferente.

3.7- Procedimentos de Análise de Dados

As respostas dos questionários foram analisadas a partir do diálogo com os conceitos e autores que tratam do tema da inclusão escolar e especialmente aqueles que tratam dos alunos com Síndrome de Down. Os resultados foram consolidados por meio de quadros, descrição das respostas, respeitando em sua integridade as falas dos pesquisados. As oito (08) primeiras questões foram analisadas para montar o perfil dos professores que atuam na escola com o aluno com Síndrome de Down. Foram montados quadros, onde os dados foram explorados e demonstrados através de porcentagens, tendo a oportunidade de registrar os dados em forma numérica (parte quantitativa da pesquisa).

As respostas das demais questões do questionário foram analisadas de forma discursiva, quando necessário foram elaborados quadros para melhor entendimento das respostas dos pesquisados. Na análise houve a preocupação de buscar respaldo nos autores que versam sobre os assuntos estudados. Pretendeu-se durante todo este trabalho resguardar os direitos dos professores participantes da pesquisa mantendo-se o sigilo e anonimato. Garantir a escola pesquisada o acesso aos resultados da pesquisa para o uso posterior na melhoria da alfabetização de qualquer aluno com Síndrome de Down que estudar na mesma. Portanto, essa pesquisa visa à construção do conhecimento baseada nas idéias metodológicas do enfoque sociocultural construtivista tendo em vista que a pesquisadora mediada pela respostas dos pesquisados se torna co-participante dos resultados.

IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão considerados os resultados dos questionários aplicados na escola pesquisada. Responderam a este instrumento 10 professores que atuam diretamente com o aluno com Síndrome de Down. As primeiras questões do instrumento de pesquisa serviram para caracterizar os participantes da pesquisa e as demais questões tratam do tema em estudo e foram analisadas conforme o nível de semelhança entre elas. As questões buscaram identificar principalmente o perfil dos professores, a percepção deles sobre a inclusão de crianças com Síndrome de Down na rede regular de ensino, os pontos positivos e negativos da inclusão, as metodologias e estratégias utilizadas por eles na alfabetização dos alunos com SD, os aspectos facilitadores e dificultadores no seu cotidiano da sala de aula e, finalmente, conhecer o que pensam sobre a parceria família /escola.

4.1 Análise dos Questionários

Inicialmente buscou-se entender a opinião dos 10 professores pesquisados sobre a inclusão de alunos com Síndrome de Down no ensino regular (questão 9), sendo solicitado ainda que elencassem os pontos positivos e negativos em relação a esta questão.

Dos 10 professores pesquisados 02 (dois) (**AM1, C2**) concordam com a inclusão desde que a escola esteja adaptada e tenha profissionais capacitados para dar suporte e acompanhar aos alunos e aos professores, porém consideram ser um desafio enorme para o nosso sistema educacional. Acima de tudo porque a conquista do respeito aos direitos das pessoas com deficiências na escola regular é uma questão normatizada. Acha excelente porque a inclusão permite a troca de experiência dos alunos x alunos, professor x aluno, professor x professor e conseqüentemente melhor aprendizado.

Apesar do movimento pela educação inclusiva ter sido implementado desde os anos 80 e 90 e, desde 1996 através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) encontram-se ainda poucas escolas, se considerado o total delas, onde alunos com necessidades especiais estão matriculados.

Em relação à inclusão dos alunos com Síndrome de Down 05 (cinco) dos professores (**V2,AP1,M1,S1,C1**) responderam que é importante, uma vez que contribui com a socialização das crianças, pois com convívio com outras crianças é fundamental para o seu desenvolvimento, porque permite a ela ter um referencial do outro, devido a troca de experiências de aluno x aluno, professor x aluno, professor x professor e porque consideram ser um desafio enorme para o sistema de educacional. Esse mesmo grupo observa que a

valorização das pessoas com necessidades especiais está acontecendo em toda parte e que é a escola deve dar a maior contribuição na inclusão dessas crianças porque sendo assim, sua adaptação é tranquila, são bem aceitos pelos colegas e alcançam desenvolvimento em sua aprendizagem, dentro do seu próprio tempo.

No grupo pesquisado, 02(dois) dos professores (**L1, V1,**) relatam que a estrutura das escolas não tem condições técnicas para atender todas as inclusões, com isso a inclusão não acontece de maneira satisfatória para atender todo o desenvolvimento da criança.

Para apenas 01(um) professor (**R1,**) a inclusão dos alunos com Síndrome de Down é muito complicada, uma vez que os professores não tem nenhum preparo, nem formação especializada, cursos e recursos. Afirma que a inclusão é necessária, mas que seja realmente “inclusão” e não apenas “inserção” desses alunos na escola. Segundo Coll [et al] (2004, p. 44) A formação dos professores e seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas integradoras positivas nas escolas. A formação tem uma estreita relação com sua atitude diante da diversidade dos alunos. O professor, quando se sente pouco competente para facilitar a aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, tenderá a desenvolver expectativas mais negativas, que se traduzem uma menor interação e em menor atenção.

Ainda na questão 9, destaca-se os pontos positivos e negativos considerados pelos professores sobre a inclusão de alunos com Síndrome de Down.

Quadro 9 – Aspectos positivos/negativos sobre Inclusão do Aluno com SD

Pontos Positivos	Pontos Negativos
Socialização <ul style="list-style-type: none"> • Relação afetuosa, amizades que estabelece • Interação social e acadêmica • Apoio dos pais • Interação dos colegas da mesma idade e aceitação, estímulos dos colegas 	Capacitação <ul style="list-style-type: none"> • Falta apoio especializado ao professor • Dureza de coração de alguns profissionais • Despreparo de professor, Capacitação • Aceitação da inclusão
Aprendizagem <ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de aprendizagem • Estimulo e percepção do mundo para a criança, aprendizagem por imitação de comportamento positivo 	Estrutura física <ul style="list-style-type: none"> • Escola despreparada • Falta de acervo bibliográfico sobre o assunto na escola, risco de acidentes
Valores <ul style="list-style-type: none"> • Igualdade • Valorização • Oportunidades • Solidariedade 	Metodologia <ul style="list-style-type: none"> • Atenção a criança deve ser em tempo integral • Faltam diretrizes e alternativas para oferecer ao aluno apreensão de conteúdos • Se inseridos em turmas com muitos alunos corre-se o risco de não receberem atenção

	<p>diferenciada para atender objetivos do PDI</p> <ul style="list-style-type: none"> • Professor não tem suporte- trabalha de forma isolada e sozinha. • A PMI não orientou e nem se preocupou com a inclusão dessas crianças na escola.
<p>Mudanças</p> <ul style="list-style-type: none"> • A escola precisa ter um novo olhar para essas crianças, mexem com os paradigmas velhos 	<p>Recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta estrutura administrativa, física e pedagógica, suporte técnico (recursos humanos) • Materiais didáticos específicos para ANE

No quadro acima, temos como fator principal, elencado pela maioria dos professores como positivo, a socialização, que se destaca, entre outros, porque a inclusão para os alunos com Síndrome de Down facilita a sua convivência com os colegas da mesma idade, estabelece vínculos de amizade, recebe estímulos dos colegas e o trabalho coletivo, além de favorecer a interação social, o apoio da família e ajuda na formação acadêmica.

Outro ponto positivo elencado pelos professores foi à aprendizagem da criança com SD, porque na inclusão a criança tem uma melhor e percepção de mundo e sua aprendizagem acontece pela imitação de comportamento positivo. Confirma a teoria de Werneck (1995) quando afirma que as crianças com Síndrome de Down têm capacidade de aprender, dependendo da estimulação recebida e da maturação de cada um. Para esse autor o desenvolvimento afetivo e emocional da criança também são pontos positivos para a aprendizagem dessas crianças.

Destaca-se ainda como positivo os valores percebidos e internalizados como o sentimento de igualdade, de valorização, de oportunidades e de solidariedade. Outro ponto positivo e importante na visão dos professores são as mudanças, pois a escola passa a ver essas crianças com outro olhar e mexem com os velhos paradigmas. Alves e Duarte (2005) afirmam que nas séries iniciais os professores passam maior tempo em sala de aula com os alunos, possibilitando assim, um maior conhecimento de tudo que acontece na turma, diferente das séries finais, onde há maior rotatividade de professores. Essa maior interação com os alunos nas Séries Iniciais resulta em atitudes mais positivas do professor, no que se refere às estratégias de inclusão.

Quanto aos pontos negativos o que mais se destaca entre outros fatores na opinião dos professores é a metodologia aplicada tanto pelo sistema quanto pelo professor e atribuem esse fato a atenção a criança que deve ser em tempo integral, a falta de diretrizes e alternativas para oferecer ao aluno apreensão de conteúdos, ao número de alunos na sala, se inseridos em turmas com muitos alunos corre-se o risco de não receberem atenção diferenciada para

atender objetivos do PDI, também porque o professor não tem suporte - trabalha de forma isolada e sozinha e por último a PMI não orientou e nem se preocupou com a inclusão dessas crianças na escola.

Um segundo ponto negativo mais sugerido pelos professores é a capacitação, porque falta apoio especializado ao professor, a dureza de coração de alguns profissionais, o despreparo de professor, sua capacitação e a aceitação da inclusão.

Outro ponto negativo citado é a estrutura física que não está preparada para receber esses alunos adequadamente e a falta de acervo bibliográfico sobre o assunto na escola, risco de acidentes. Outro ponto lembrado pelos professores foi os recursos porque falta estrutura administrativa, física e pedagógica, suporte técnico (recursos humanos) materiais didáticos específicos para ANE

Com o objetivo de conhecer a criança em estudo, na questão 10 solicitou-se dos professores que descrevessem o perfil da aluna com Síndrome de Down com a qual eles trabalharam. **Perfil da Aluna:**

Para os professores é uma criança de 07 anos de idade, apesar da idade cronológica verifica-se que apresenta desenvolvimento de uma criança de três a quatro anos, frequentando a classe de 6 anos pelo segundo ano consecutivo. Relaciona-se bem com os colegas, embora uma minoria demonstre rejeição. É uma criança alegre, brincalhona, carinhosa, tranquila, espontânea, carismática, teimosa, adorável, amorosa, obediente, sociável, cheia de personalidade, sincera e autônoma.

Quanto aos conhecimentos adquiridos: classifica por cores os objetos e nomeia algumas delas. Reconhece no alfabeto móvel as letras de seu nome e nomeia algumas outras. Demonstra boa coordenação motora fina. Consegue colorir dentro dos limites, faz punção, desenha círculos e traça algumas letras de seu nome. Sua musculatura apresenta hipotonia dificultando movimentos amplos, a fala e seu equilíbrio.

Engatinha e arrasta-se com agilidade e precisa de ajuda nos rolamentos laterais. Começa a desenvolver o movimento dos joelhos para pular. Tem respiração bucal, apresenta comprometimento dos órgãos fonoarticulatórios, mas é capaz de comunicar-se de forma compreensiva, com dificuldades para articular todos os fonemas. Ama brincadeiras que envolvam o jogo simbólico. Começou a construir os conceitos matemáticos básicos.

Quanto ao seu desenvolvimento compreende o que se fala com ela, gosta de realizar atividades de seu interesse, porém apresenta dificuldades em executar tarefas, não as concluindo. Apresenta vontade de aprender, revela boa coordenação motora grossa e fina,

apesar de ter dificuldades de equilibrar-se. Tem pouca resistência física e em pouco tempo apresenta fadiga. Seu tempo de permanência nas atividades é mínimo.

Diante de desafios mostra-se dengosa e resistente. Gosta de impor as atividades que deseja fazer. Sabe utilizar a tesoura e cola, mas precisa de vigilância. Ainda não reconhece os algarismos. Iniciou a contagem até 10, porém saltam alguns deles.

O trabalho com esquema corporal ainda deve ser foco principal; atividades que estimulam respiração nasal e os movimentos labiolinguais também são imprescindíveis para a instalação de todos os fonemas da língua.

Após a troca de sua professora regente observou-se certa regressão na aluna, que também aparenta cansaço.

Stray-Gundersen (2007, p.159) afirma que cada criança é única, possuindo tanto forças como fraquezas. No entanto, a criança com Síndrome de Down pode apresentar certos problemas de desenvolvimento, devido à síndrome, talvez não movimente vigorosamente seus braços e pernas, talvez não siga os objetos com os olhos, ou pareça estar desinteressada, talvez sua alimentação seja mais difícil e mais lenta do que a de outras crianças. Mas essas coisas não constituem culpas dos pais, nem dela, mas são exemplos de como a Síndrome de Down pode afetá-la. Os programas de intervenção precoce podem minimizar os problemas relacionados com a SD. O objetivo da intervenção precoce é apoiá-los em seus esforços e melhorar seu desenvolvimento no melhor nível possível. A autora alerta aos pais obtenha conhecimento sobre as múltiplas facetas de seu filho e coopere com ele para alcançar seu potencial.

Na questão 11, os professores foram perguntados sobre a possibilidade em alfabetizar uma criança com Síndrome de Down numa sala de aula regular e em seguida eles justificam o por que de sua resposta.

Quadro 10 - Possibilidade de alfabetizar crianças com SD em Classe Regular

OPÇÃO	PROFESSORES	%
SIM	07	70
NÃO	02	20
TALVEZ	01	10
Total	10	100%

Conforme o quadro 10, para 07 (sete) professores (AM1, AP1, R1, C1., S1, V1, C2) é possível alfabetizar alunos com Síndrome de Down em sala regular desde que a escola tenha as condições necessárias e as técnicas diversificadas, dê suporte pedagógico, seja adaptada respeitando as suas diferenças e limitações e dentro do tempo da criança. Disseram ser

possível porque os objetivos, o tempo de aprendizagem dessas crianças é diferente dos outros alunos, porque depende do nível de desenvolvimento cognitivo de cada criança e que é melhor que sejam alfabetizados com métodos mais diretos como fônicos ou silabação.

Dos pesquisados 02 (dois) (**M1, L1**) disseram que não é possível alfabetizá-las porque a criança com Síndrome de Down apresenta sérias dificuldades de apreensão e assimilação, (normal em se tratando desta Síndrome) como o ensino regular propõe e também porque faltam um ambiente adequado, professores com formação específica e uma reorganização da escola e apenas 01(um) (**V2**,) dos pesquisados considera que talvez possa alfabetizá-las não no mesmo tempo das demais crianças, porque é difícil, devido suas limitações e porque os objetivos e o tempo de aprendizagem são diferentes dos outros alunos..

Stray-Gundersen, (2007, p.136) afirma que o processo do desenvolvimento da criança com Síndrome de Down tem sido descrito em muitas maneiras diferentes e o educador infantil e os pais deve concentrar sua atenção na responsividade de seu filho à estimulação, em como ele brinca, no seu desenvolvimento social e na sua capacidade de entender. O trabalho real de um educador pode assemelhar-se mais à realização de jogos e brincadeiras com a criança SD.

Na questão 12, quando perguntados sobre as metodologias utilizadas para alfabetizar os alunos com Síndrome de Down, os professores assim se pronunciaram:

AM1 - disse que auxiliam na preparação do cognitivo trabalhando o equilíbrio, lateralidade, percepções de espaço, tempo, trabalho o lúdico com a intenção de que a criança desenvolva todo o seu potencial.

AP1 - Uma professora afirma que dependendo das características individuais e dos comprometimentos que apresentam opto por atividades mais auditivas ou mais visuais, sempre de forma bem estruturada, sequenciada e seguindo uma rotina estabelecida.

C1 - afirmou que utiliza material concreto, as cores, computador com softwares incentivadores.

C2 e R1 responderam que nunca alfabetizaram alunos com Síndrome de Down.

L1 menciona que oferece a criança aulas individual, manipulação de objetos, conhecimento de letras, cores, exercícios para desenvolver a fala, a visão e a audição. Para essa professora o convívio com os colegas, professores e as regras de convivência, o cuidado com o patrimônio da escola, a criança se organiza no ambiente escolar, na família e porque não dizer na sociedade.

M1 respondeu que para alfabetizá-la parte da escrita do nome, explora cada letra com atividades de escrita, de coordenação motora fina, recortes, colagens, sempre em parceria com

as outras áreas principalmente educação física e arte. Utilizam material concreto, exploram as cores e computadores com softwares incentivadores.

R1 fez a seguinte observação: não sou professora alfabetizadora regente, mas procuro dar minha contribuição dentro das minhas aulas utilizando os recursos que tenho nas aulas de educação física, afirma que nunca havia alfabetizado alunos com SD.

S1 - Interacionista. É a que está mais apropriada para esse tipo de aluno.

V1 - respondeu que trabalhou com o interacionismo partindo do concreto para o abstrato. Tudo começa pelo corpo, experimentando e vivenciando.

V2 o trabalho na biblioteca não tem como meta a alfabetização.

De acordo com Silva, Ribeiro e Mieto (2010, p. 217-218) é possível fazer com que um sujeito com Síndrome seja capaz de lidar com o pensamento categorial/conceitual a partir de uma mediação específica, calcada nas relações entre aprendizagem e desenvolvimento, isto é, na possibilidade de transformação dos conceitos científicos em conceitos cotidianos e vice-versa, através da intervenção pedagógica. As autoras destacam que tendo como norteador teórico as considerações da vertente histórico-cultural, desloca-se o foco do trabalho individual escolar de uma dimensão individual/endógena em direção às condições coletivas/públicas de compartilhar conhecimentos e internalizar conceitos. Esse deslocamento teórico-metodológico permite a visibilidade de aspectos peculiares do desenvolvimento de sujeitos com deficiência intelectual e revela a transformação da limitação em potencialidades acadêmicas efetivas.

Ao pedir aos professores para citar os aspectos facilitadores da inclusão de alunos com Síndrome de Down estes responderam que são vários fatores.

AM 1 afirma que a socialização é um fator que facilita, pois algumas crianças ajudam na realização das tarefas.

AP1 relata que a grande afetividade e a capacidade das crianças com SD de aceitar as propostas do educador facilitam o trabalho com elas.

C1 afirma que quando se garante um número menor de alunos na sala.

C2 assinala que a interação da família e a adaptação física da escola são primordiais no trabalho com esses alunos.

L1 aponta que o fato dos alunos com SD serem afetivos, alegres demonstrarem prazer em estar na escola, além de gostar de correr, brincar, pular, rolar no chão facilita o trabalho com eles.

M1 aconselha que o apoio de outra professora junto à criança facilita o trabalho com ela.

R1 disse que os recursos didáticos e a socialização são fatores que facilitam esse trabalho.

S1 respondeu que o número de alunos na sala, o apoio dos colegas, a troca de experiência com os pais, com outras escolas que já tem alunos com SD e a capacitação são fatores que facilitam o trabalho com as crianças com SD.

V1 afirmou que os estudos independentes facilitam o trabalho com as crianças com Síndrome de Down.

V2 respondeu que a aceitação e o apoio por parte dos coleguinhas de sala que a ajudam na realização das tarefas e afirmam que essas crianças convivem bem com suas próprias dificuldades.

Ao analisar os aspectos facilitadores do trabalho com alunos SD observa que a maioria dos professores considera a socialização um dos aspectos mais relevantes e facilitadores na inclusão dos alunos com Síndrome de Down, pois através do convívio as crianças com SD demonstram prazer em estar na escola. A criança com SD como outra qualquer gosta de correr, brincar, pular, rolar no chão entre outras coisas. Um dos motivos que facilita essa socialização é que as crianças com SD são afetivas e alegres.

Observa nas respostas dos professores que a aceitação do diferente e a troca de experiência com os pais, com as escolas que tem experiência em educar essas crianças e o apoio dos professores junto à criança ajuda no desenvolvimento do aluno com Síndrome de Down.

Na mesma questão, ao pedir aos professores para citar os aspectos dificultadores da inclusão de alunos com Síndrome de Down estes responderam que vários são os aspectos que dificultam a inclusão dos alunos com Síndrome de Down nas escolas regulares:

AM1 cita que todas as atividades devem ser exclusivas e adaptadas para a criança, sua atenção tem que ser total para essa criança e isso não é possível, pois temos os demais alunos.

AP1 afirma que são normais as dificuldades de dicção e comunicação oral além dessas crianças adoecerem muito, tem problemas cardíacos, sobrepesos que afetam seu desenvolvimento motor, respiração bucal; não aprecia a merenda oferecida pela escola; são normais as dificuldades de adição e comunicação oral; outro fator dificultador na opinião da professora é a superproteção da família às vezes restringe seu conhecimento de mundo e autonomia..

C1 concorda que quando a sala é muito cheia e a falta de apoio pedagógico o trabalho fica mais difícil.

C2 alega que o currículo escolar é fator dificultador.

L1 disse que as crianças com SD não obedecem às regras, o fato delas se cansarem rapidamente e a falta de acompanhamento dos pais são fatores que prejudicam o trabalho com esses alunos.

M1 cita que a falta de atividades exclusivas e adaptadas para a criança dificultam o trabalho com as crianças com síndrome de Down.

R1 afirma que a falta dos recursos específicos, dos profissionais capacitados e especialistas e de escola adaptada dificultam o trabalho

S1 disse que a falta de formação, as salas superlotadas, o trabalho do coordenador pedagógico que deveria trabalhar em conjunto com o professor disponibilizando materiais e assistência além de dar sugestões de atividades e o entrosamento entre os professores e profissionais multidisciplinares que acompanham a criança são fatores que dificultam o trabalho.

V1 aponta a não aceitação dos pais, a falta de trabalho interdisciplinar com os profissionais da saúde (fonoaudiólogo) e da própria escola, falta capacitação, apoio pedagógico e materiais específicos.

V2 coloca que a criança é teimosa, possui pouca concentração, é mimada, não obedece a regras e é infrequente.

Analisando os aspectos que dificultam a inclusão dos alunos com Síndrome de Down nas escolas regulares destaca-se a falta de profissionais capacitados, especialistas, o entrosamento entre psicólogos, psicopedagogo, professores (entre os profissionais multidisciplinares), falta apoio pedagógico, falta do trabalho interdisciplinar, disponibilizando materiais, assistência e sugestões de atividade.

Conforme os autores Barros e Menezes (2010, p. 50) a superproteção dos pais em relação à criança podem influenciar negativamente no seu processo de desenvolvimento. Em geral os pais concentram sua atenção na deficiência, de modo que os fracassos recebem mais atenção do que o sucesso. E, a criança fica limitada diante das possibilidades que promovem a independência e a interação social.

Na questão 14, foi solicitado aos pesquisados elencar as várias estratégias de ensino ao trabalhar com a criança com Síndrome de Down. Os professores destacaram o seguinte:

AM1 Utiliza outras crianças para acompanhar a criança com síndrome de Down e sempre fica próximo dela.

AP1 utiliza materiais concretos, vivências, experimentação para tornar o conhecimento menos abstrato. As estratégias não diferem dos demais alunos, mas às vezes é necessário maior repetição das atividades para total interiorização.

C1 utiliza o computador, exposição dos trabalhos e escrita, tira fotos da aluna estudando e mostra para ela.

C2 utiliza jogos e brincadeiras.

L1 disse que as atividades devem ser cronometradas, a criança perde o interesse facilmente, não concentra nos jogos mais variados que são apresentados a ela.

M1 utiliza a ludicidade, articulação das palavras, vínculo afetivo.

R1 declara utilizar atividades de recortes, colagens, reconto de história, conversa informal.

S1 utiliza o trabalho em grupo, inseriu a criança em todas as atividades da escola (excursão, teatro, cinema), momentos individualizado, metodologia repetitiva, curta e objetiva, dar recados.

V1 Utiliza atividades psicomotoras, material concreto e atividades de associação sempre.

V2 afirma que nas aulas de biblioteca a aluna participa normalmente como as outras crianças.

Segundo autora Stray-Gundersen (2007, p. 186/187) em razão da peculiaridade de cada criança com SD, nenhum livro pode prescrever um currículo para todas as crianças com SD. Ela sugere algumas estratégias que podem tornar o trabalho dos pais e professores mais eficaz: orientam que sejam tão consistentes quanto for possível. Ser consistentes em suas metas para si próprios e para favorecer a aprendizagem; estabeleçam expectativas bem definidas, dividam as tarefas em pequenas partes; a repetição é uma parte muito importante do processo de aprendizagem, sejam paciente e persistente; uma abordagem positiva os levará longe (elogios, brinquedos, um livro, uma canção e outras recompensas), usem estímulos e recompensas, sugestões para auxiliar no aprendizado (ajudar fisicamente, estímulo verbal, gesto visual, elogios estímulo verbal). Seja tão criativo quanto puderem e lembre-se que todos têm bons ou maus momentos.

Guimarães (2002, p. 67) diz que educar alunos com diferentes níveis de desempenho requer que os educadores usem várias abordagens de ensino para satisfazer às necessidades dos alunos. Para se ensinar a todos necessita propor atividades que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão e desempenho dos alunos. Debates, pesquisas, registros escritos, falados, observações, vivências, projetos vinculados aos interesses dos alunos.

Na questão 15 foi pedido aos professores que descrevessem sobre os recursos utilizados para o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down e as respostas foram descritas abaixo:

Para **S1** (sala de informática), jogos multimídia, mesa alfabeto, artes, pintura, dança, massinha, folhear revistas e livros de literatura.

AP1 utiliza vídeos, cd roons, livros variados de literatura, quebra-cabeças, jogo da memória, trilhas diversas, materiais concretos para colagem, material dourado, ábaco, baralhos, materiais concretos com texturas.

AM 1 utiliza os materiais disponíveis na escola: bola, cones, arcos, cordas, a quadra, a sala de aula.

C1 utiliza folhas, giz de cera, computador, cubinhos de letras, teclado e softwares.

V2 disse que não utiliza recurso específico.

L1 utiliza atividades lúdicas, computador, jogo de memória, pintura, uso do teclado para desenvolvimento da coordenação motora, desenhos, poesias, literatura, carvão para desenho, recicláveis, papéis coloridos, TNT, Eva, cola, tesoura, revista e jornais, brinquedos e pintores famosos.

M1 utiliza do apoio pedagógico, um professor auxiliar uma vez na semana, materiais concretos e de visualização.

C2 desenvolve atividades de integração com os outros alunos, jogos, brincadeiras visando o desenvolvimento da coordenação motora, memória visual e esquema corporal.

R1 usa os recortes, colagens, reconto de histórias, conversa informal.

V1 utiliza aulas práticas com vivências do concreto fazendo associação.

Segundo Fávero (2004) a implementação de salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas de ensino regular responde aos objetivos de uma prática educacional inclusiva que organiza serviços para o Atendimento Educacional Especializado, disponibiliza recursos e promove atividades para desenvolver o potencial de todos os alunos, a sua participação e aprendizagem. Essa ação possibilita o apoio aos educadores no exercício da função docente, a partir da compreensão de atuação multidisciplinar e do trabalho colaborativo realizado entre professores das classes comuns e das salas de recursos. (BRASIL, 2006, p. 12)

Salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que

desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. No processo educacional, poderão ser utilizadas nas salas de recursos tanto a tecnologia avançada, quanto os computadores e softwares específicos, como também recursos de baixa tecnologia, que podem ser obtidos ou confeccionados artesanalmente pelo professor, a partir de materiais que fazem parte do cotidiano escolar. (BRASIL, 2006, p. 19)

Na questão 16 quando perguntados se tiveram ajuda de outros profissionais da escola com o aluno com Síndrome de Down 6 (seis) responderam que **Sim (V1, M1, V2, C1, AP1, S1)** e justificaram:

AP1 afirmou que isso acontece porque existe uma professora de Educação física com formação específica na área e outra cursando especialização na inclusão.

C1 falou que na verdade não é por causa da escola que isso acontece. Os professores que trabalham com a criança acabam comentando como trabalham com essa aluna.

M1 afirmou que precisamos ter o apoio da equipe de profissionais que possam contribuir com o avanço da criança.

S1 relatou que procurou ajuda de algumas pessoas e elas ficaram sensibilizadas e a ajudaram muito se tornando parceiras no trabalho com a criança com síndrome de Down.

V1 disse que é porque apenas uma professora é interessada e comprometida com seu trabalho.

V2 falou que recebeu ajuda por parte da professora regente da turma.

Os 4(quatro) pesquisados que responderam **Não (R1, C2, L1, AM1)** assim justificaram:

AM1 declarou que na escola não tem especialistas ou profissionais capacitados.

C2 disse que talvez pela falta de capacitação por parte da PMI que deveria dar cursos e seminários para os profissionais envolvidos na educação.

L1 considerou que não há um reconhecimento e valorização às diferenças na escola e, portanto, não consegue cumprir seu papel porque falta estrutura.

R1 comentou que a escola não possui profissionais que possam dar este suporte.

Na questão 17, ao questionar os professores sobre qual é o **papel da escola** no processo ensino /aprendizagem de um aluno com Síndrome de Down responderam que ela deve matricular os alunos independentes de sua deficiência, garantir o acesso e a permanência do aluno; além disso, ter um formulário para investigar a situação da criança no ato da matrícula. Disseram ainda que a escola deve dar suporte ao trabalho do professor, deve se

adequar a essa nova realidade, acolher essa criança e sua família, fazer enturmação, designar professor experiente e verificar espaço físico e oferecer capacitação.

Para Kelman (2010b, p.43) a escola inclusiva deveria resgatar a agência escola como nicho de desenvolvimento onde importantes processos de subjetivação de nossos alunos podem ocorrer: desenvolvimento cognitivo, conhecimento formativo e informativo, traços de sentimentos positivos como solidariedade.

Quanto ao **papel do professor** responderam que devem aceitar com amor, como um desafio. Estudar e buscar informações sobre a deficiência dos alunos incluídos. Manter-se atualizados e buscar conhecimento sobre a Síndrome de Down; fazer planejamento flexível e adequado ao nível dos alunos, fazer a avaliação da criança através do PDI; buscar constantemente recursos que promovam a aprendizagem; ensinar através das habilidades da criança. Para alguns deles o professor é o principal responsável pela criança na escola, é o facilitador da aprendizagem e deve direcionar atividades com afetividade. O professor deve buscar conhecimento para melhor atender o aluno com Síndrome de Down.

MARCHESI (2004, p.44) reforça a idéia de quando e onde adquirir competências necessárias para se tornar um bom alfabetizador. Quanto a isso a formação e seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas inclusivas positivas nas escolas, além disso, a formação tem uma estreita relação com sua atitude diante da diversidade dos alunos. Para ele quando o professor se sente pouco competente para facilitar a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, tenderá a desenvolver expectativas mais negativas, que se traduzem em menor interação e em menor atenção. Contudo o modo mais seguro de melhorar as atitudes e as expectativas dos professores é desenvolver seu conhecimento da diversidade dos alunos e suas habilidades para ensinar-lhes.

Quanto ao **papel do coordenador** deve viabilizar todo o atendimento a essa criança e ao professor e fazer *anamnese* logo no primeiro contato com a família. Deve também oferecer apoio, capacitação e sugerir atividades; auxiliar em estratégias metodológicas ao professor; orientar o professor para melhor desenvolvimento do aluno; realizar avaliação permanente da prática pedagógica do professor assessorar e acompanhar o seu trabalho do professor e o desenvolvimento da criança.

Martinez (2006) *apud* Coelho (2010, p. 67) aponta aspectos essenciais a serem levados em conta na organização do contexto da coordenação pedagógico: primeiro favorecer criação de espaços comunicativo-relacionais visando contribuir para gerar novas produções de sentido sobre aprendizagem e diferença; segundo estimular o desenvolvimento da condição de sujeito

negada pelas posições assistencialistas e paternalistas dominantes e em terceiro conferir novo caráter aos processos diagnóstico e de avaliação educacional, a partir das seguintes caracterizações desses processos: a) seu caráter qualitativo; b) seu caráter construtivo; c) seu caráter processual; d) seu caráter interativo; e) seu caráter singular.

Em relação ao **papel dos pais**, é dever deles matricular e acompanhar de perto o desenvolvimento da criança. Informar todo o processo de desenvolvimento da criança desde a gravidez. Fazer parcerias com a escola. Manter contato direto com a escola, o professor e outros profissionais da escola. Aceitar, buscar informação, fazer a ponte entre os profissionais e a integração com a escola. Acompanhar o desenvolvimento de seu filho encaminhando-o aos médicos quando necessário.

Quanto ao **papel dos demais funcionários da escola** sugere-se que eles devam colaborar conhecer as crianças sabendo de seus limites, mas não mimá-los. Fazer o acolhimento e estudar sobre a inclusão, tratar com respeito e igualdade atendendo as necessidades daquela criança. Contribuir com a permanência da criança na escola. Ajudar na interação da criança com o meio. Auxiliar no processo de socialização e aprendizagem. Tratar do NEE como outro qualquer (mesmas regras). Dar suporte ao professor. Colaboração no que for possível.

Conforme a opinião dos professores pesquisados é **papel do diretor** oferecer acessibilidade a essas crianças, visitar as famílias, buscar junto aos governantes meios para melhorar o ambiente como espaço físico, materiais didáticos e cursos de formação, garantindo que toda essa estrutura funcione para se concretizar a inclusão efetiva, verdadeira humanamente correta. Personificar o papel atribuído a escola como um todo, apoiar o professor. Viabilizar meios para que os alunos sejam atendidos. Entendê-los como desafio para escola e procurar garantir o seu aproveitamento; Expor a realidade da escola para a família durante o contato inicial e colocar a escola a disposição. Viabilizar todos os recursos necessários para o bom desenvolvimento da criança; orientar os pais sobre os projetos que venham a contribuir para o desenvolvimento da mesma. Oferecer cursos de capacitação para os professores.

Conforme MARCHESI, (2004, p.45) o estabelecimento de um relacionamento saudável entre pais, escolas e professores supõe uma escola que tenha um diretor que reforça a cultura da escola, realiza uma boa gestão, impulsiona o desenvolvimento dos professores, estabelece uma comunicação direta e frequente, compartilha com outros o poder e a responsabilidade e utiliza símbolos e rituais para expressar os valores culturais essas estratégias afetam de maneira explícita a cultura da escola e seu compromisso com as

mudanças educativas no contexto inclusivo. Caracterizando-o como um contexto mais inovador porque facilita a participação em projetos coletivos.

Na questão 18, foi solicitado aos pesquisados responder sobre a importância da parceria escola-família. E assim, se pronunciaram:

AM1 afirmou que é importante a família participar de perto da vida escolar da criança. Integrar a criança na escola para que a mesma se torne independente e desenvolva todo seu potencial.

AP1 disse que é importante fortalecer os elos entre todos os profissionais e parentes que lidam com a criança para que todos busquem objetivos semelhantes e consigam melhores resultados. O diálogo constante favorecerá isso.

C1 respondeu que é essencialmente fundamental, pois essa parceria traz ao professor subsídios suficientes para embasar sua prática.

C2 coloca que a escola /família precisam estar juntas, trocando experiências e aperfeiçoando recursos que garantam um melhor aproveitamento acadêmico dessa criança.

L1 considera que deveria ser a melhor possível, pois a família é que precisa de ajuda, apoio, orientação e até mesmo estudar sobre o assunto.

M1 concorda que qualquer parceria com a família é de suma importância para a escola pois tanto uma quanto a outra precisam estar integradas para propiciar um contexto favorável a aprendizagem.

R1 disse que a parceria entre essas instituições serviria para acompanhamento e desenvolvimento da criança.

S1 afirma que sem a parceria da família com a escola não é possível fazer um bom trabalho. Porque a família é o elo das informações, viabilizando o entrosamento das dificuldades, avanços e possibilidades da criança.

Para **V1** a parceria escola/família é o elo que impulsiona o desenvolvimento da criança. Ela precisa ser estimulada na escola e em casa. Crianças com NEE necessitam de rotina estruturada.

V2 É importante que os dois segmentos estejam a par do que se passa aqui e lá.

Segundo o que pensam Barros e Menezes (2010) a família deve ser motivada a colaborar e participar do programa educacional, pois a qualidade da interação entre pais e filhos produz efeitos importantes no desenvolvimento das áreas cognitivas, linguísticas e sócio-emocionais das crianças com SD.

Na questão 19 solicitou-se dos pesquisados responder sobre como os colegas de sala interagem com a criança com Síndrome de Down.

Os professores optaram por mais de uma resposta. **C1, M1, S1** disse que os colegas da sala têm um tratamento cordial normal **L1, M1, R1** que os colegas aceitam pacificamente a criança. **AM1, C2, V1, V2** disseram que os colegas ajudam a criança na realização das tarefas e **C2, S1** tratam-na com urbanidade melhor que os adultos, mimam a criança o tempo todo. **V1, V2** disse que os colegas mimam o tempo todo, a criança com Síndrome de Down. **AP1** disse que na sala de recursos (AEE) o atendimento é individualizado. O curioso é que nenhum professor relatou qualquer manifestação de preconceito e discriminação entre os colegas e a criança SD.

Em consonância às idéias de Stray-Gundersen (2007, p.187) “a inclusão além de proporcionar as crianças com necessidades especiais o contato com as aulas e grupos etários comuns a inclusão promove a aceitação por parte daquelas crianças e famílias que não tem experiência de serem próximas a alguém com necessidades especiais. Envolver-se com crianças com necessidades especiais e aprender a aceitá-las é uma lição social valiosa para as pessoas de todas as idades”.

Na questão 20 os professores foram perguntados como se relaciona com a criança com SD e quais suas expectativas em relação a ela.

AM1 diz que se relaciona é de maneira natural, atendendo ao máximo para que a mesma desenvolva todo seu potencial dentro de suas limitações.

AP1 disse que no início a criança mostrava-se um pouco fechada e resistente, mas em pouco tempo cativaram-se mutuamente. Para ela tem um relacionamento normal entre aluno e professor, bastante afetuoso, mas rígido nos momentos em que se faz necessário tendo grande expectativa, pois já é visível seu desenvolvimento e com base nas experiências anteriores com alunos SD, sabe que seu potencial é enorme.

C1 ressaltou que a tratou como qualquer outra criança, com respeito, carinho e rigidez. Sua expectativa é que ela consiga aprender a escrever seu nome completo, já sabe PAT (as primeiras três letras do nome dela), levou dois anos para conseguir aprendê-las.

C2 Acredita que é capaz de aprender com um ritmo diferente, sei que seu potencial é enorme, porém precisa de estímulo maior e um olhar diferenciado. Pena (2009) afirma que o desenvolvimento das pessoas com Síndrome de Down depende largamente do contexto cultural oferecido, mais do que a carga genética. Para ela essas crianças precisam ser estimuladas para que se desenvolvam.

L1 Meu relacionamento é muito bom, mas minhas expectativas não são das melhores, pois, não tenho nenhuma formação nesta área. É necessário que o poder público se mobilize criando condições, para que todos se tornem capazes para esse trabalho.

M1 diz ser tranquilo, tem ótimo relacionamento, porém, é necessário ficar atento o tempo às suas necessidades para que a mesma desenvolva todo seu potencial dentro de suas limitações.

R1 Apesar de se relacionar bem com alunos não tem muitas expectativas, pois a escola não oferece condições necessárias para seu desenvolvimento.

S1 afirma que seu relacionamento é com carinho e que tem muita preocupação com ela. Acredita que, se ela encontrar os profissionais certos para aceitá-la como ela é, vai conseguir transpor suas dificuldades se respeitar seu tempo para desenvolver suas habilidades, que são muitas. Aproveitou-se para fazer um desabafo “essa criança foi um grande desafio em minha vida, por isso agradeço a Deus essa oportunidade, pois foram dois anos de convivência”.

V1 respondeu ser normal, como outra criança, mas no momento de intervenção pedagógica é diferenciado. Quanto à expectativa sabe-se que o desenvolvimento é mais lento, mas com estímulos específicos conseguirá aprender e desenvolver.

V2 diz que foi um relacionamento curto e tranquilo, por ser aula de biblioteca, os encontros são lúdicos em sua maioria e ela procura tratá-la como as demais crianças.

Vygotsky (1984, p. 267) ressalta que os fatores sociais são capazes de influenciar o desenvolvimento da criança e compensar sua deficiência ou defeito, tais como as condições de educação ou as formas e modos das atividades propostas. Ainda o mesmo autor defende que a forma como pensamos, sentimos e agimos sobre o mundo está relacionada com as condições sociais que nos são ofertadas pela cultura. Por isso a importância do bom relacionamento entre professores e alunos.

Segundo Vygotsky (1984) o ser humano transforma seu ambiente para suprir suas necessidades imediatas e em consequência se transforma. Para ele o desenvolvimento humano acontece na convivência social por meio da interação e da mediação. E ainda: Segundo Vigotsky (1984) destaca que a importância das interações sociais traduz a ideia da mediação e da internalização como aspectos fundamentais para a aprendizagem, reconhecendo que a construção do conhecimento ocorre a partir de um intenso processo de interação entre as pessoas.

Na questão 21 foi solicitado dos pesquisados recomendações importantes para os professores e para a escola:

AM1 a inclusão só será realmente eficiente quando toda estrutura para atender satisfatoriamente as necessidades dos alunos. Não depende só da escola e sim de todo o sistema envolvido neste objetivo.

AP1 ressaltou que nas salas com alunos com necessidades especiais deveriam ter um número menor de crianças e, de preferência contar com um auxiliar de turma. A rede municipal de ensino precisa promover constante atualização dos professores que fazem o atendimento educacional especializado, promovendo estudos específicos e troca de experiências. A escola precisaria garantir maior troca de informações entre os professores regentes e o professor de AEE.

C1 vê a inclusão como desafio e que esse processo de inclusão é um processo de aprendizagem. Para ela o canal de comunicação em relação à inclusão entre professor x direção na escola é falho e quase inexistente. Deveria dar ênfase sobre inclusão nas reuniões pedagógicas com relato de experiências dos professores. “Ninguém é tão bom o bastante que não possa aprender e nem tão ruim o bastante que não tenha nada a ensinar”. (Autor desconhecido)

C2 que o professor precisa melhorar ainda mais a relação com essa criança, pois é fundamental que ela tenha o apoio de que precise e a mesma oportunidade de acesso, de permanência, aproveitamento e o mais importante de continuidade na escola.

L1 a escola não atendeu as necessidades dos alunos com deficiências satisfatoriamente. E que para garantir a verdadeira inclusão desses alunos são necessários professores especializados e valorizados.

M1 deixou a seguinte citação: “Um conjunto de cores... Uma grande árvore de outono... concentra sua beleza na variedade de seu colorido. Buscamos entender essas nuances. Talvez sua beleza esteja concentrada não em incluir, então, completar-se na adversidade. A desigualdade, a diferença pode despertar criticidade ou ousadia; contudo retrata a grandiosidade do todo” (o autor não foi citado pela professora). Para ela a inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. São comuns grandes dificuldades e grandes vitórias. Não há fórmulas mágicas.

R1 sugeriu solicitar aos órgãos responsáveis, as condições mínimas para a inclusão de fato destas crianças.

S1 disse que gostaria que a escola acreditasse na possibilidade do desenvolvimento da criança com Síndrome de Down, tivesse um olhar especial para a escolha dos professores que irão trabalhar com ela; que adquirisse um acervo bibliográfico sobre a SD e outras deficiências, que os professores se mobilizassem na busca de metodologias e estratégias de ensino adequadas a essa deficiência; que o professor não veja a criança como mais um em sua sala de aula; e que o mais importante é dar lhe oportunidade, ver com um “novo olhar”.

V1 recomendou a capacitação profissional, monitor para auxiliar o professor em sala de aula. Verificar quais NE possui na escola e obter materiais específicos para o trabalho ao profissional. Ter auxílio no desenvolvimento pedagógico desses alunos e fazer um trabalho multidisciplinar eficiente.

V2 vê a inclusão como um desafio e como um processo de aprendizagem, para ela “é fazendo que se aprende”. Precisa-se melhorar ainda mais nossa relação com essas crianças, pois é fundamental que as crianças com deficiências tenham o apoio de que precisam a mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na escola.

De acordo com o parecer de Guimarães (2002, p. 64) a inclusão é importante para todos os alunos, com ou sem deficiência; todas as crianças se enriquecem por terem oportunidade de aprender umas com as outras, a igualdade é respeitada e atitudes positivas são mutuamente desenvolvidas. As boas escolas são boas para todos os alunos. Para a autora a inclusão provoca novos posicionamentos e modernização do ensino, implicando um esforço de atualização dos professores e reestruturação das escolas para que se tornem aptas a responder às necessidades de cada um dos seus alunos, de acordo com suas especificidades.

Perrenoud (2001) *apud* Guimarães (2002) nos aponta que a verdadeira profissionalização se dá a partir do momento que ao professor é permitido racionalizar a própria prática, criticando-a, revisando-a, fundamentando-a, ou seja, explicando as razões e os motivos de sua ação. E, Perrenoud (2000) nos aponta as 10 competências reconhecidas como prioritárias no exercício profissional do professor: 1- organizar e dirigir situações de aprendizagem; 2- administrar a progressão das aprendizagens; 3- conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; 4- envolver os alunos em sua aprendizagem e em seu trabalho; 5- trabalhar em equipe; 6- participar da administração da escola; 7- informar e envolver os pais; 8- utilizar novas tecnologias; 9- enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão; 10 administrar sua própria formação continuada.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi estudar a inclusão de alunos com Síndrome de Down em uma escola da Rede Municipal de Ensino em Ipatinga – MG, para conhecer o histórico da Síndrome de Down, o perfil dos professores, a metodologia e estratégias aplicadas na alfabetização dessas crianças, o que eles pensam sobre a inclusão, os aspectos facilitadores e dificultadores encontrados no trabalho com essas crianças, bem como a importância da parceria família/escola. O estudo se realizou por meio da pesquisa qualitativa através de 10 questionários respondidos por 10 professores cujos dados coletados foram consolidados e analisados a partir do diálogo com os autores Stray-Gundersen (2007), Coll, Marchesi e Palácios (2004), Silva e Dessen (2002), Kelman (2010), Maciel e Raposo (2010) entre outros.

Os resultados apontaram que historicamente a Síndrome de Down recebeu este nome em homenagem a John Langdon Down, médico britânico que descreveu a Síndrome em 1862. A sua causa genética foi descoberta em 1958 pelo professor Jérôme Lejeune. Como forma de homenagear o Dr. John, o Dr. Jérôme batizou a anomalia com o nome de Síndrome de Down. A Síndrome de Down é um acidente genético, que ocorre ao acaso durante a divisão celular do embrião. Na célula normal da espécie humana existem 46 cromossomos divididos em 23 pares. O indivíduo com Síndrome de Down possui 47 cromossomos, sendo o cromossomo extra ligado ao par 21. O tratamento de pessoas com Síndrome de Down também progrediu de maneira notável ao longo das décadas. Seu tempo de vida aumentou, melhorou a educação e os cuidados das pessoas foram marcantes. Durante muitos anos, considerava-se que as crianças com Síndrome de Down não tinham potencial para aprender. Negava-se a oportunidade para aprenderem, pareciam confirmar a errônea baixa estimativa da sociedade a respeito de suas capacidades. Felizmente, o mundo atual é muito diferente para as crianças com Síndrome de Down.

Em relação ao perfil dos professores, constatou-se que a maioria tem mais de 41 anos, atuam entre 6 a 20 anos na escola e na educação, trabalham 40 horas semanais, tem curso superior sendo que 6 dos 10 pesquisados são pós graduados. No entanto, os mesmos professores, não se sentem a vontade para trabalhar com essa criança porque consideram que falta na escola engajamento dos profissionais, projeto interdisciplinar, recursos, capacitação e a escola não esta adaptada aos alunos com NEE.

Quanto à percepção dos professores em relação à inclusão os resultados mostram que os professores consideram a inclusão como um desafio enorme para o nosso sistema educacional e afirmam que só será possível quando a escola estiver adaptada e com profissionais capacitados.

Destacam-se como pontos positivos a socialização, aprendizagem, os valores e as mudanças porque favorecem a convivência com os colegas da mesma idade, estabelece vínculos de amizade e recebe estímulos dos colegas e aprendem pela imitação, desenvolvem os valores percebidos e internalizados como o sentimento de igualdade, de valorização, de oportunidades e de solidariedade.

Quanto aos pontos negativos o que mais se destaca entre outros fatores na opinião dos professores é a metodologia aplicada, porque faltam diretrizes e alternativas para o atendimento especial da criança com Síndrome de Down (dentre outros) como a capacitação, os recursos, a estrutura física e as salas de aula superlotadas.

Constatou-se que a maioria dos pesquisados consideram ser possível alfabetizar a criança com síndrome de Down desde que a escola tenha condições necessárias, dê suporte pedagógico e seja adaptada, respeite o tempo da criança e suas limitações.

De acordo com a Fundamentação Teórica entende-se que a metodologia compreende o estudo dos métodos, o conjunto dos procedimentos de investigação das diferentes ciências quanto aos seus fundamentos e validade, distinguindo-se das técnicas que são a aplicação específica dos métodos. A pesquisa mostra que alguns professores utilizam a metodologia interacionista porque é a mais adequada para esse tipo de criança, pois através da intervenção e da mediação nas relações entre os indivíduos revelam-se no trabalho coletivo a transformação da limitação em potencialidades. Por isso os professores utilizam várias estratégias como: atividades concretas e lúdicas, atividades em grupo, ajuda de colegas, jogos e brincadeiras, softwares, apoio pedagógico de um professor.

A socialização é considerada pelos professores um dos aspectos facilitadores mais significativos na inclusão dos alunos com Síndrome de Down entre outros como: a aceitação do diferente, a troca de experiências e o apoio dos professores junto á crianças contribuem para o desenvolvimento da criança.

Quanto aos aspectos dificultadores da inclusão destacam-se a falta de profissionais capacitados, especialistas e o entrosamento entre a equipe multidisciplinar e os professores, falta apoio pedagógico, trabalhos interdisciplinares, materiais e assistência pedagógica.

Quanto a parceria da escola com a família os professores afirmam que sem a parceria da família com a escola não é possível fazer um bom trabalho, porque é a família o elo das informações, viabilizando o entrosamento das dificuldades, dos avanços e possibilidades da criança.

Os dados obtidos nos mostraram que é primordial a participação das famílias na educação da criança principalmente nos primeiros anos de vida e que a grande importância da estimulação precoce se dá pela necessidade da criança vivenciar experiências que irão ajudá-la em seu desenvolvimento. É a família que cria o vínculo de aceitação ou rejeição entre as partes. Nada funciona bem se a família se omite. É fundamental que a família esteja junto da escola sempre, e no caso de crianças com necessidades especiais ainda é mais importante. Ela é a ponte entre a saúde e a educação. Somente a família pode informar a escola como a criança se desenvolveu até o momento de chegar à escola. A família contribui significativamente com os resultados positivos das crianças no momento em que caminha lado a lado com a escola.

Esse estudo permitiu aos professores aumentar suas possibilidades de observação e intervenção, objetivando aprimorar a aprendizagem das crianças com Síndrome de Down e saber que elas são crianças especiais, que tem dificuldades como qualquer outra pessoa e são também crianças capazes de vencer suas dificuldades e se desenvolverem se forem devidamente assistidas.

O mais importante de toda a pesquisa foi constatar que a pesquisa sobre a inclusão de crianças com Síndrome de Down contribuiu para mudanças no contexto da escola pesquisada e nos processos de ensino/aprendizagem despertando um novo olhar dos profissionais, abrindo-se uma janela para reflexões sobre como incluir uma criança com NEE e despertou novas perspectivas dos profissionais acerca da oportunidade e qualidade de ensino para os alunos com Síndrome de Down.

Os professores pesquisados demonstraram boa vontade em responder os questionamentos e consideram importante a pesquisa por se tratar de um assunto pouco divulgado e estudado na escola. Outro fator importante foi à reflexão da prática educacional para à inclusão dos alunos com Síndrome de Down na rede regular de ensino bem como a inclusão de outros alunos com necessidades especiais.

Nota-se que a pesquisa promoveu a discussão de novas posturas em relação às crianças com necessidades especiais na escola. Percebe-se que os professores estão mais sensibilizados envolvidos e preocupados com os novos rumos da educação inclusiva.

Os pais e familiares da criança com síndrome necessitam de informações sobre a natureza e extensão da excepcionalidade; quanto aos recursos e serviços existentes para a assistência, tratamento e educação, e quanto ao futuro que se reserva ao portador de necessidades especiais.

Os desafios a serem enfrentados na escola inclusiva sinalizam que a convivência com as diferenças cria um ambiente rico de aprendizagens e as crianças crescem desenvolvendo habilidades como a tolerância e a aceitação do outro, importantes para sua vida social e profissional futura.

Partindo desses pressupostos pode-se concluir que os dados da pesquisa evidenciaram pequenas mas significativas mudanças na escola. Muitos professores demonstraram interesse em se capacitar para lidar com a diversidade presente na escola.

Recomenda-se para os próximos trabalhos de pesquisas uma nova abordagem sobre a Síndrome de Down. O que realmente se espera da criança com Síndrome de Down numa escola de ensino regular? Como sensibilizar o professor na sua missão de incluir crianças com NEE. O que fazer para convencer o professor que todos os alunos são capazes de aprender ainda que seja de maneira não convencional.

"Se uma criança não pode aprender da maneira que é ensinada, é melhor ensiná-la da maneira que ela pode aprender".

Welchmann

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Denílson de. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. BRISTOL. Brasília: Abril, 2004.

ALVES, M. L. T; DUARTE, E. **A inclusão do deficiente visual nas aulas de educação física escolar: impedimentos e oportunidades**. *Acta Scientiarum Human and Social Sciences*. Maringá, v. 27, n. 2, 2005. P. 231-237.

BARROS, L.N, MENEZES e Djanira Jacinto de. **A Criança com Síndrome de Down e as Dificuldades de Aprendizagens**. Revista Pátio Ano XIII Novembro 2009/Janeiro 2010, P. 48 – 50.

BEYER, H.O. **O fazer psicopedagógico: abordagem Reuven Feuerstein a partir de Piaget e Vigotsky**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica** – Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001. Brasília:MEC/SEESP, 2001.

BRASIL: **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

COELHO, Cristina M. Madeira. **Inclusão Escolar**. In: KELMAN, Celeste Azulay [et al.]. **Desenvolvimento humano, Educação e Inclusão escolar**. Brasília - DF, 2010. P. 55-70.

COLL, César, MARCHESI, Álvaro, PALACIOS, Jesús & colaboradores. **Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades especiais**. Tradução Fátima Murad – 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v.

FÁVERO, Eugênia A.G. **Direito das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 1970.

FUNDAÇÃO SÍNDROME DE DOWN. **O que é Síndrome de Down?**. Disponível em: <http://www.fsdwn.org.br/site/pasta_116_0_O-que-e-sindrome-de-down-.html>. Acesso em: 15/03/2011.

GONZALEZ-REY, F **La Investigación Cualitativa. Em Psicologia: rumbos y desafios**. São Paulo: EDUC, 1999.

GONZALEZ-REY, F. **Epistemologia Cualitativa y subjetividad**. São Paulo: EDUC, 1997.

GUIMARÃES, Tânia Mafra (org.). **Educação Inclusiva: construindo significados novos para a diversidade**. Coleção Lições de Minas, 22, Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas gerais, 2002.

KELMAN, Celeste Azulay, MACIEL, Diva Albuquerque, BARBATO, Silviane [et al.]. **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010 a.

KELMAN, Celeste Azulay. **Processos de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: UAB/UNB, maio de 2010b.

MARCHESI, César, **A prática das escolas inclusivas** in COLL, César, MARCHESI, Álvaro, PALACIOS, Jesús & colaboradores. **Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades especiais**. Tradução Fátima Murad – 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v.

MACIEL, Diva Albuquerque & RAPOSO, Mirian Barbosa Tavares. **Metodologia e Construção do Conhecimento: Contribuições para o estudo da Inclusão**. In: KELMAN, Celeste Azulay [et al.]. **Desenvolvimento humano, Educação e Inclusão escolar**. Brasília - DF, 2010. P. 73-102.

MACIEL, Diva Albuquerque. **Alfabetização e Letramento: aprender o código ou o sistema de escrita?** In: KELMAN, Celeste Azulay [et al.]. **Desenvolvimento humano, Educação e Inclusão escolar**. Brasília - DF, 2010. P. 103-126.

MANTOAN, M. T. E. **Ser ou estar: eis a questão. Explicando o déficit intelectual**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MITJANS Martinez, A. **A perspectiva histórico-cultural da subjetividade: implicações para o trabalho pedagógico com crianças deficientes**. Anais do XIII, ENDIPE, P.371-387, Recife: 2006.

OLIVEIRA, Flávia Fernandes de. **Dialogando sobre educação, educação física e inclusão escolar**. *Revista Digital*, Buenos Aires, Ano 8, nº 51, agosto de 2002. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd51/educa.htm>>. Acesso em: 09 de maio de 2011.

PENA, Gil. **A deficiência intelectual em indivíduos com síndrome de Down é consequência de privação cultural, não uma determinação genética**. UNB/2010

Disponível em [http://blog, disdeficiencia. net/2009/07/05/a-deficiencia-intelectual-em-individuos-com-sindrome-de-down-e-consequencia-de-privacao-cultural-nao-uma-determinacao-genetica](http://blog.disdeficiencia.net/2009/07/05/a-deficiencia-intelectual-em-individuos-com-sindrome-de-down-e-consequencia-de-privacao-cultural-nao-uma-determinacao-genetica). Acessado em maio de 2010

PERRENOUD, Philippe. **10 Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Formando professores profissionais- Quais estratégias? Quais competências?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

REGO, T.C, VYGOTSKY, L.S. **Uma perspectiva histórica cultural da educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SALGADO, Maria Umbelina Caifa, MIRANDA, Glaura Vasque de. Organizadoras. **Veredas - Formação superior de professores: módulo 6 - volume 1/SSE-MG**; Belo Horizonte: SEE-MG, 2004.

SCHWARTZMAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Departamento Pedagógico/Seção de Ensino não Formal, Conselho Municipal de Ipatinga. **Diretrizes Curriculares Municipais da Educação Especial em Ipatinga**, 2008.

SILVA, Brígida K. L. N, **Inclusão Escolar de uma criança com síndrome de Down**. PUCPR. 2009. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3065_1874. pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3065_1874.pdf)>. Acesso em: 01/11/2010.

SILVA, Daniele Nunes Henrique; RIBEIRO, Julia Cristina Coelho; MIETO, Gabriela. **O aluno com deficiência intelectual na sala de aula: considerações da perspectiva histórico-cultural**. In: KELMAN, Celeste Azulay [et al.]. **Desenvolvimento humano, Educação e Inclusão escolar**. Brasília - DF, 2010. P. 205-220.

SILVA, Nara Liana Pereira & DESSEN, Maria Auxiliadora. **Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na Família**, Revista: Interação em Psicologia. Jul./ dez. 2002, (6)2, P.167-176.

SILVA, Roberta Nascimento Antunes. **A educação especial da criança com Síndrome de Down. Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/spdslx07.htm>>. Acesso em: 02/06/2010.

STRAY-GUNDERSEN, Karen. **Crianças com Síndrome de Down: Guia para pais e Educadores**. 2ª.ed.Porto Alegre: Artmed, 2007. 280p.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen Villela Rosa & BARTHOLO, Roberto dos Santos. **O professor e o ato de ensinar**. Brasília: UAB/UNB Disponível em: <<http://www.unb.com.br/2010>>. Acesso em: 25/07/2010

UNESCO, **Declaração Mundial sobre educação para todos: Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtiem. Tailândia, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WERNECK, C. **Muito prazer eu Existo**. Rio de Janeiro: WVA, 1995.

APÊNDICES

A- Questionário Para os Professores (Modelo)

Prezado (a) Professor (a)

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema é Inclusão de alunos com Síndrome de Down na Escola Regular e gostaria de contar com sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com bastante sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Luzia de Oliveira Barros

Questionário:

Questão 1

- a) Trabalho na Escola Municipal: _____
- b) Disciplina: _____
- c) Turma que leciona: _____
- d) Números de alunos na sala: _____
- e) Quantos alunos com Síndrome de Down estudam em sua sala? _____
- f) Idade do aluno? _____

Questão 2 – Sexo:

- () Masculino () Feminino

Questão 3 – Idade:

- () Entre 20 a 25 anos () Entre 26 a 30 anos () Entre 31 a 35 anos
- () Entre 36 a 40 anos () Mais de 41 anos

Questão 4 - Estado Civil:

- () Solteiro () Casado () Viúvo () Outro Qual? _____

Questão 5 – Formação Acadêmica:

- a) () Graduação em: _____
- b) () Pós-Graduação em: _____
- c) () Mestrado em: _____
- d) () Outros: _____

Questão 6 – Tempo de atuação nesta escola:

- () Entre 01 a 05 anos () Entre 06 a 15 anos
- () Entre 16 a 20 anos () Mais de 21 anos

Questão 7 – Tempo de atuação na Educação:

- () Entre 01 a 05 anos () Entre 06 a 15 anos
 () Entre 16 a 20 anos () Mais de 21 anos

Questão 8 – Jornada de Trabalho:

- () 20 horas () 40 horas

Questão 9 - Qual é sua opinião em relação à inclusão de alunos com Síndrome de Down na escola regular? _____

Pontos positivos:	Pontos negativos:
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

Questão 10 – Por favor, descreva o perfil de seu aluno com Síndrome de Down.

Questão 11 - Você considera possível alfabetizar uma criança com Síndrome de Down numa sala de aula no ensino regular?

- () Sim () Não

Por quê? _____

Questão 12 - Quais as metodologias que você utiliza para alfabetizar os alunos com Síndrome de Down? _____

Questão 13 – Segundo sua opinião, quais são os aspectos facilitadores e dificultadores encontrados pelos professores para trabalhar com crianças com Síndrome de Down?

Aspectos facilitadores:	Aspectos dificultadores:
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

Questão 14 - Ao trabalhar com os alunos com Síndrome de Down você utiliza várias estratégias de ensino. Quais são essas estratégias?

Cite-as: _____

Questão 15 - Quais os recursos você utiliza para o desenvolvimento do aluno com Síndrome de Down?

Questão 16 - Você teve ajuda de outros profissionais da escola no trabalho com esses alunos?

() Sim () Não ()

Em sua opinião isso acontece porque na escola _____

Questão 17 - Qual é o papel das pessoas abaixo no processo ensino/aprendizagem de um aluno com Síndrome de Down?

Escola: _____

Professor: _____

Coordenador: _____

Dos pais: _____

Demais funcionários da escola: _____

Diretor _____

Questão 18 - Qual a importância da parceria escola-família na percepção do professor de crianças com Síndrome de Down?

Questão 19 - Como os alunos da turma interagem com o/a aluno/a com Síndrome de Down?

- a) () Aceitam pacificamente
- b) () Ajudam a criança nas suas tarefas
- c) () Mimam a criança o tempo todo,
- d) () Tem um tratamento cordial normal.
- e) () Tratam com urbanidade, melhor que as pessoas adultas.
- f) () Com preconceito e discriminação.

Outros: _____

Questão 20 - Como você se relaciona com a criança com Síndrome de Down? Quais são suas expectativas em relação a ele/a?

Questão 21 - Deixe aqui recomendações importantes para os professores e a escola no que diz respeito à educação escolar de seu aluno com necessidades especiais. Como gostariam que a escola melhorasse no trabalho que vem desenvolvendo. Está atendendo as necessidades do seu aluno ou não.

ANEXOS

A – Carta de apresentação (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Diretor(a): Dona Cecília (nome fictício)

Escola X (nome fictício)

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a), Dona Cecília,

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pelo **Professor/cursista Luzia de Oliveira Barros**, sob orientação da **Profa. Rosânia Aparecida Stoco de Oliveira**, cujo tema é: Inclusão de Alunos com Síndrome de Down, que possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones: (061) 3107-6831 (Secretaria).

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão.

B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)

Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre Síndrome de Down. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa um questionário que deverá ser respondido pelos professores e coordenadores que trabalham com a criança com Síndrome de Down nesta escola, fotos das situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias das NEEs, INCLUSÃO, e, ainda, no intuito de conhecer as metodologias e estratégias de ensino na alfabetização utilizadas pelos professores desta escola para o trabalho com essa criança. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone xxxx ou no endereço eletrônico zizilu_barros7@yahoo.com.br. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Luzia de Oliveira Barros

Orientanda do Curso de Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão da UAB – UnB.

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____